

Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança
PCECS



III ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS PARA A PAZ

“A PAZ EM UMA ERA DE POLARIZAÇÕES”

07 A 09 DE NOVEMBRO DE 2018
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
RIO DE JANEIRO - RJ

APOIO:



**PROGRAMAÇÃO, CADERNO DE RESUMOS E
INFORMAÇÕES GERAIS**

LOCAL DO EVENTO

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Campus Praia Vermelha
Av. Venceslau Brás, 71 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, 22290-140

INICIATIVA



Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança – PCECS
<https://redepcecs.com/>

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Maura Tomesani Marques – Universidade de São Paulo (USP)
Emerson Maione de Souza - Instituto de Relações Internacionais e Defesa (UFRJ)
Fernando Luz Brancoli - Instituto de Relações Internacionais e Defesa (UFRJ)
Gabriel Caetano Fernandes – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Gilberto Carvalho de Oliveira - Instituto de Relações Internacionais e Defesa (UFRJ)
Marcos Alan S. V. Ferreira – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Ramon Blanco de Freitas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Vanessa Braga Matijascic – Universidade de São Paulo (USP)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Maura Tomesani Marques – Universidade de São Paulo (USP)
Aureo de Toledo Gomes - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Emerson Maione de Souza - Instituto de Relações Internacionais e Defesa (UFRJ)
Fábio Rodrigo Ferreira Nobre - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Fernando Luz Brancoli - Instituto de Relações Internacionais e Defesa (UFRJ)
Gilberto Carvalho de Oliveira - Instituto de Relações Internacionais e Defesa (UFRJ)
Marcos Alan S. V. Ferreira – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Paulo Kuhlmann - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Ramon Blanco de Freitas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Vanessa Braga Matijascic – Universidade de São Paulo (USP)

APOIO



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| PROGRAMAÇÃO GERAL..... | 4 |
| CADERNO DE RESUMOS - APRESENTAÇÕES EM PAINÉIS..... | 6 |
| MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA..... | 21 |
| MINICURSOS..... | 24 |
| INFORMAÇÕES GERAIS (COMO CHEGAR À UFRJ/LOCAL DE CREDENCIAMENTO) | 26 |

PROGRAMAÇÃO GERAL

Primeiro dia

07 de novembro de 2018

| | |
|---------------|---|
| 08:30 – 12:30 | Credenciamento/Informações (Prédio do Instituto de Relações Internacionais e Defesa - IRID) |
| 10:00 - 10:30 | Sessão de abertura do III EBEP – Conduzida por uma mesa composta por membros da Rede PCECS (Sala Moniz de Aragão) |
| 10:30 – 12:30 | Mesa redonda 1 - Paz e Violência Urbana Prof. Dr. Marcos Alan S. V. Ferreira (UFPB) Profa. Dra. Camila Braga (USP) Prof. Dr. Fernando Luz Brancoli (IRID/UFRJ) (Sala Moniz de Aragão) |
| 12:30 - 13:30 | Intervalo para almoço |
| 13:30 - 15:30 | Sessões de painéis (simultâneas) 7.1- Virada Local e Construção da Paz 7.2- Grupos Vulnerabilizados e Estudos para a Paz 7.3- Segurança Pública, Criminalidade e Promoção da Paz – I 7.4- Gênero e Paz – I (Os locais serão informados no dia da abertura do evento) |
| 15:30 - 16:00 | Intervalo Mostra de Iniciação Científica (Corredor em frente à Sala Moniz de Aragão) |
| 16:00 - 18:00 | Mesa redonda 2 - Operações de Paz: Dilemas das Missões de Estabilização Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas (UNILA) Prof. Dr. Kai Michael Kenkel (IRI/PUC-Rio) Prof. Dr. Gilberto Carvalho de Oliveira (IRID/UFRJ) (Sala Moniz de Aragão) |

Segundo dia

08 de novembro de 2018

| | |
|---------------|---|
| 08:30 - 12:30 | Minicurso 1: O Brasil e os 20 Anos do reconhecimento da Jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Desafios para a Promoção dos Direitos Humanos e da Cultura de paz - Prof. Flávia de Ávila (UFS) e José Lucas Santos Carvalho (MP do Estado de Sergipe) Minicurso 2 - Paz em Movimento: Transformando Conflitos com Coragem e Coração (Facilitadora: Prof. Paula Facci - University of Innsbruck) Minicurso 3 – Arte e Construção da Paz (Prof. Paulo Kuhlmann – UEPB) |
|---------------|---|

| | |
|---|--|
| (Os locais serão informados no dia da abertura do evento) | |
| 10:00 - 12:00 | Sessões de painéis (simultâneas) 8.1- Direitos Humanos e Segurança Humana 8.2- Segurança Comum e Paz 8.3- Abordagens Estéticas à Paz 8.4- Migrações, Refugiados e Paz (Os locais serão informados no dia da abertura do evento) |
| 12:30 - 13:30 | Intervalo para almoço |
| 13:30 - 15:30 | Sessões de painéis (simultâneas) 8.5- Pacifismo, Não-Violência e Mobilizações Sociais para a Paz 8.6- Gênero e Paz - II 8.7- Segurança Pública, Criminalidade e Promoção da Paz - II 8.8- Jornalismo, Mídia, Paz e Direitos Humanos (Os locais serão informados no dia da abertura do evento) |
| 15:30 - 16:00 | Intervalo Mostra de Iniciação Científica (Corredor em frente à Sala Moniz de Aragão) |
| 16:00 - 18:00 | Mesa redonda 3 - Arte e Construção da Paz Prof. Dra. Vanessa Braga Matijascic (USP) Prof. Dra. Paula Ditzel Facci (University of Innsbruck) Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (UEPB) (Sala Moniz de Aragão) |

Terceiro dia

09 de novembro de 2018

| | |
|---------------|--|
| 08:30 - 12:30 | Minicurso 1: O Brasil e os 20 Anos do reconhecimento da Jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Desafios para a Promoção dos Direitos Humanos e da Cultura de paz (continuação) Minicurso 2 - Paz em Movimento: Transformando Conflitos com Corpo, mente e Coração (continuação) Minicurso 3 - Arte e Construção da Paz (continuação) (Os locais serão informados no dia da abertura do evento) |
| 10:00 - 12:00 | Sessões de painéis (simultâneas) 9.1- Crítica à Paz Liberal 9.2- Raízes da Violência e Transformação de Conflitos 9.3- Cultura de Paz e Educação para a Paz 9.4- Processos de Paz (Os locais serão informados no dia da abertura do evento) |
| 12:30 - 13:30 | Assembleia-Geral da Rede PCECS (Sala 29 do Aulário) Encerramento do III EBEP |

CADERNO DE RESUMOS

APRESENTAÇÕES EM PAINÉIS

Dia 07 de Novembro de 20018

13:30 às 15:30

| PAINÉIS | RESUMOS |
|---|---|
| PAINEL 7.1: VIRADA LOCAL E CONSTRUÇÃO DA PAZ Coordenador/debatedor: Gilberto Carvalho de Oliveira (IRID-UFRJ) | DEVELOPMENT AGENDA, NATIONAL DEMANDS AND CITIZEN SECURITY IN BRAZIL <i>ANA MAURA TOMESANI (USP)</i> The international donor community has funded security sector reform programs (SSRs) in Latin America since the 1990s. Literature dealing with these programs states that they are generic and do not meet local demands. In previous works, the author worked with aggregated data from the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) and confronted them with Latin American and Caribbean (LAC) agendas, using documents from regional organizations. It was found that these programs are not generic, they only meet in part the local demands and there was an interesting distinction in the pattern of programs financed by bilateral agencies and multilateral organisms. As the comparison using aggregate data from different LAC countries may neglect local specificities, it was decided to carry out a case study having a country as the unit of analysis - in this case, Brazil. SSR programs financed in the country were confronted with local demands, represented by the directives resulting from the First National Conference on Public Security and the themes worked out by CONASP (National Council of Public Security). The study not only endorses previous results obtained with aggregated data for the LAC region but also reveals that some of the programs are aimed at meeting the internal demands of donor countries. Palavras-chave (Separadas por vírgula): International Cooperation for Development; Foreign Aid, Security Sector Reform, Development Agenda, OECD |
| | O ENGAJAMENTO DE CIDADES NA CONSTRUÇÃO DA PAZ: CAMINHOS ENTRE O GLOBAL E O LOCAL <i>JULIA FACCHINI (UFU)</i> <i>AUREO DE TOLEDO GOMES</i> Usualmente, o debate sobre o papel internacional de cidades é apresentado em dois registros: ora são frequentemente inseridos nos estudos de paradiplomacia, que tratam da ação internacional autônoma de entidades subnacionais, ora surgem em debates acerca da urbanização de conflitos civis. Rumando em direção distinta, pretendemos discutir duas questões que, ao menos até o momento, são subexploradas no debate contemporâneo de Relações Internacionais e Estudos para a paz: as cidades podem ser agentes promotoras da paz? Se sim, mediante quais instrumentos essa atuação se expressa? Argumentamos que as cidades consistem em agentes relevantes para a construção da paz, especialmente diante da nova dimensão dos conflitos contemporâneos, que exigem soluções localmente orientadas. Teoricamente, a análise está informada pela virada local nos Estudos para a paz e, empiricamente, discutimos tal atuação por meio dos modelos das redes internacionais de cidades que trabalham especificamente pautas voltadas à construção da paz. Nesse sentido, a proposta gira em torno da reflexão em torno do encontro entre a paradiplomacia e a construção da paz; entre o global e o local. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Cidades; Paradiplomacia; Peacebuilding; Redes; Virada Local |
| | CRÍTICAS AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ: A TEORIA DA PAZ HÍBRIDA <i>DEVLIN BIEZUS (UFPR)</i> As missões de paz são objetos de diversos debates e críticas na área acadêmica de Relações Internacionais. Essas discussões proporcionam observações de como o processo de construção da paz (peacebuilding) é conduzido, quais são suas limitações e quais são os valores políticos que conduzem essas missões. Tais questionamentos estão inseridos na literatura acadêmica crítica ao processo de peacebuilding. O presente artigo analisa as discussões teóricas críticas sobre o processo de construção de paz, com foco na teoria da paz híbrida. O objetivo da pesquisa é analisar a natureza das críticas ao peacebuilding e compreender porque o discurso da paz híbrida é proposto como uma alternativa à paz liberal. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica crítica da literatura que servirá de base teórica para a pesquisa. O artigo está dividido em três seções: a primeira apresenta a contextualização e a evolução histórica das missões de construção de paz; a segunda seção visa apresentar as principais críticas atribuídas ao processo de peacebuilding; a terceira seção foca na análise da teoria da paz híbrida, de modo a demonstrar porque ela é entendida como uma alternativa aos modelos liberais de construção de paz. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Peacebuilding; Construção da paz; Paz liberal; Paz híbrida |
| | LA JUSTICIA DE PAZ, EL ARTE Y LOS DERECHOS <i>MARINA FERNANDA CASTRO (Juez de Paz de Trancas – Provincia de Tucumán - Argentina)</i> En concordancia con la nueva Agenda de la O.N.U. (Organización de las Naciones Unidas), así como también con uno de los Objetivos de Desarrollo Sostenible que versa: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para |

| | |
|---|--|
| | <p>el desarrollo sostenible, facilitar el acceso a la justicia para todos y crear instituciones eficaces, responsables e inclusivas a todos los niveles” (ODS 16) y conforme quedó plasmado en la plataforma de “Justicia 2020” del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación Argentina, la cual enuncia: “promover el estado de derecho y garantizar la igualdad de acceso a la Justicia para todos”, el Juzgado de Paz Letrado de Trancas, Provincia de Tucumán, se ubica dentro de un paradigma de proactividad en lo que respecta a brindar soluciones tangibles y concretas a los denominados grupos vulnerables, por medio de tareas orientadas hacia una CULTURA DE PAZ, aplicando herramientas no jurisdiccionales de resolución de conflictividad, como así también bregando por una Justicia Integradora.</p> |
| <p>PAINEL 7.2: GRUPOS VULNERABILIZADOS E ESTUDOS PARA A PAZ Coordenador/debatedor: Emerson Maione de Souza (IRID-UFRJ)</p> | <p>OS LUGARES E OS NÃO-LUGARES NA FALA DAS CRIANÇAS: CONFLITOS, PAZ E SOLIDARIEDADE <i>HENRIQUE DOS SANTOS BARROS (UNIVALI)</i> <i>ANA CLAUDIA D. CAPISTRANO DE OLIVEIRA</i> <i>PAULO ROGÉRIO MELO DE OLIVEIRA</i></p> <p>Desde a década de 1980, os estudos sociológicos propõem uma ruptura metodológica nas pesquisas que entendem a criança como um mero apêndice da sociedade. Como advoga Claire O’Kane (2005), escutar as experiências e os pontos de vista da criança é ensinar uma nova epistemologia para os estudos da infância. Esse artigo, utilizando como referenciais teóricos a Sociologia da Infância e teóricos/as das Relações Internacionais que pesquisam infâncias, apresenta os resultados da pesquisa etnográfica realizada no primeiro semestre de 2018 com 18 crianças de 6 a 14 anos moradoras de um bairro na cidade de Baln. Camboriú/SC, que participaram do projeto “Biblioteca Comunitária Bem Viver”. Foram realizadas três oficinas semanais (entre fevereiro-maio) com a utilização de metodologias de escuta da fala das crianças. Os objetivos são compreender as experiências infantis a partir da perspectiva da fala da criança, separadas dos seus educadores/as adultos/as, e situar esta fala em três eixos: conflitos, paz e solidariedade. A partir da definição de lugares e não-lugares- de Marc Augè (1994), foi possível compreender que há um lugar e um não-lugar de tomada decisão para essas crianças no que diz respeito aos seus modos de compreensão sobre conflitos, paz e solidariedade.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Infâncias, Sociologia, Relações Internacionais, Lugares de fala, Culturas de paz</p> <hr/> <p>NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA COMO FATOR DE PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE <i>JEANNE DE SOUZA LIMA (UCAM)</i></p> <p>A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade desde os mais antigos registros. Inumeráveis são as formas pelas quais se expressa, adaptando-se às especificidades culturais e às possibilidades de cada momento histórico. A prática do infanticídio, o castigo físico e, até mesmo, o abuso e a exploração sexual foram tolerados durante muitos séculos. Nota-se que os comportamentos violentos começaram, com o passar dos anos, a suscitar sanções da sociedade, demonstrando uma crescente conscientização do direito das crianças à vida. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), se configura um importante instrumento para que a sociedade e o Estado possam, reconhecendo o protagonismo desses sujeitos, buscar superar as formas de violência que prejudicam o seu crescimento e seu pleno desenvolvimento social. A notificação compulsória realizada pela saúde se configura como um instrumento fundamental no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e no processo de restauração de direitos. O objeto deste estudo se localiza, portanto, entre a vertente da notificação como instrumento potencialmente capaz de mobilizar a rede de cuidado e de proteção social de crianças e adolescentes em situação de violência sexual e da vertente dos sistemas de informação que a notificação alimenta.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Notificação de abuso; violência sexual contra crianças e adolescentes; rede de proteção social.</p> <hr/> <p>TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE ESTRUTURAIS <i>JOSÉ LUCAS SANTOS CARVALHO (UFS)</i> <i>FLÁVIA DE ÁVILA</i></p> <p>O Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) é realizado de variadas formas, a partir das diversas dimensões do uso violento do trabalho humano, tendo a exploração ilegal do indivíduo para fins de lucro, qualquer que seja, como característica comum. A condição de TEC é derivada das vulnerabilidades do sujeito; dentre elas, a mais marcante é a pobreza (ONU, 2001) que insere os indivíduos no sistema de desigualdade e discriminação estruturais da sociedade brasileira. Neste sentido, a discriminação se apresenta sistêmica, enquanto dispositivo biopolítico de controle da vida, e consiste de normas legais, políticas ou práticas culturais, geradas por desigualdades e violências. Assim, a partir dos estudos de Galtung (1969) sobre a compreensão da violência para os estudos de paz e da biopolítica em Agamben, analisa-se as conclusões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no Caso “Fazenda Brasil Verde v. Brasil” para compreender, à luz das teorias adotadas, como a prática de trabalho escravo acontece em desfavor de grupos que histórica e sistematicamente são mantidos em uma situação de exclusão, marginalização e violência. A Corte IDH, ao mesmo tempo em que assume a qualidade de mecanismo de solução pacífica de controvérsias, evidencia neste caso importantes causas de violência praticadas no Brasil.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Trabalho Escravo Contemporâneo; Violência Estrutural; Desigualdade Estrutural; Discriminação Estrutural; Corte Interamericana de Direitos Humanos; Mecanismo de solução pacífica de controvérsias</p> <hr/> <p>PROCESSOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE ESTUPRO EM MASSA OCORRIDO NO CONFLITO DA BÓSNIA-HERZEGOVINA (1992-1995)</p> |

| | |
|--|--|
| | <p><i>TAINÁ ESTANISLAU SIMAN ALVES (UERJ)</i> <i>PEDRO BARBELA DE MELLO VILELA</i></p> <p>O presente artigo busca compreender, tanto em escala nacional como internacional, os processos (des)articulados de resposta às mulheres vítimas do crime de estupro em massa ocorridos durante o conflito de independência da Bósnia-Herzegovina (BiH). Busca-se em um primeiro momento verificar como as ações de diversos agentes internacionais, dentre eles o Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia (ICTY), refletem o entendimento de que o emprego da violência sexual no conflito deve ser compreendido como uma grave violação aos Direitos Humanos, o que evidencia o caráter político de tal violência. Em seguida, serão analisadas o surgimento de mecanismos de assistência advindos principalmente das organizações de mulheres e feministas que apresentaram novos métodos de atuação e maior efetividade em sua capacidade de resposta, trabalhando de forma concomitante com ações tomadas pelo Estado da BiH, no período posterior ao estabelecimento do mesmo. Como resultado da presente pesquisa torna-se relevante (i) repensar o papel da sociedade civil no que diz respeito à sua capacidade de assistência às vítimas, e (ii) papel da repercussão internacional do estupro em massa para a criação de leis internacionais mais específicas para o combate a esse tipo de crime.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Bósnia Herzegovina; Estupro em Massa, Instituições, Gênero.</p> |
| <p>PAINEL 7.3: SEGURANÇA PÚBLICA, CRIMINALIDADE E PROMOÇÃO DA PAZ – I Coordenador/debatedor: Fernando Luz Brancoli (IRID-UFRJ)</p> | <p>VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E GOVERNO DA (IN)SEGURANÇA: UM ESTUDO ACERCA DOS NOVOS DISPOSITIVOS DE VIGILÂNCIA PREDITIVA DE SÃO PAULO <i>ALCIDES EDUARDO DOS REIS PERON (USP)</i></p> <p>Logo após os ataques de 11 de setembro, o departamento de polícia nova-iorquino buscou soluções para o combate a ameaças terroristas. Assim, desenvolveu o conceito de “policimento preditivo”, baseado na disposição de câmeras para coleta e processamento algorítmico de dados, inferindo sobre a probabilidade de ocorrência de crimes específicos, bem como alertas automáticos que preveriam comportamentos suspeitos. Em 2014, o governo do Estado de São Paulo importa esse sistema objetivando maior eficiência e uma ação proativa-preditiva da polícia em relação aos crimes cometidos no Estado. Desde então, a disposição das câmeras em áreas degradadas e espaços elitizados sugere uma forma de controle dos fluxos de circulação de indesejados nesses ambientes, forçando ações policiais “preventivas”. Diante disso, baseado em uma abordagem transdisciplinar, que envolve uma reflexão que perpassa pelo conceito foucaultiano de governamentalidade, os Estudos de Vigilância e os estudos de Galtung acerca da ideia de violência estrutural, nossa proposta nesse trabalho é compreender como esses instrumentos preditivos tem reorganizado o modo de combate a criminalidade em São Paulo. Nossa hipótese é a de que essa forma de vigilância tem organizado o dispositivo de segurança pública enquanto um aparato de violência tecno-mediada, centrado na multiplicação e reprodução de preconceitos, estimulando e legitimando ainda mais ações policiais discricionárias.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Vigilância, Governamentalidade, Violência Estrutural, (In)Segurança</p> <p>DEGRADAÇÃO DA PAZ NO NORTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O CONFLITO ENTRE FAMÍLIA DO NORTE E PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL <i>RODRIGO FRAMENTO (UFPB)</i> <i>MARCOS ALAN S. V. FERREIRA</i></p> <p>O presente trabalho visa compreender a disseminação da violência na região Norte do Brasil, fruto do conflito entre a organização criminosa Família do Norte (FDN) e seu aliado, o Comando Vermelho (CV), contra o Primeiro Comando da Capital (PCC), que lutam pelo domínio de uma rota internacional de drogas, a Rota do Solimões. O período de análise do conflito se deu entre outubro de 2016 e janeiro de 2017, início e a ápice desse conflito. Partindo do referencial teórico dos Estudos para a Paz, a metodologia se baseou na análise qualitativa, fundamentada em um estudo de caso que triangulou dados de entrevistas, relatos de imprensa e literatura especializada. Assim, buscou-se entender como a luta entre organizações criminosas impacta na paz no Norte do país segundo metodologia apropriada para trabalhos no campo teórico. Como conclusão, a região já sofria com problemas decorrentes a violência cultura e estrutural, o que proporcionou um terreno favorável para a disseminação da violência direta. As diversas instâncias que representam o Estado oficial, garantidor da segurança em todo o território, se mostraram ineficazes em reverter o quadro de violência direta, estrutural e cultural, além do desmantelamento do crime organizado no país.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Violência, Crime Organizado, Brasil, Região Norte, Facções Criminosas</p> <p>COUNTERINSURGENCY “AT HOME AND ABROAD”: ANALYZING THE CONSTRUCTION OF THE BRAZILIAN ARMED FORCES AS THE “SOLUTION” FOR UN STABILIZATION MISSIONS AND PUBLIC SECURITY <i>MAIRA SIMAN (PUC-Rio)</i> <i>MANUELA VIANA</i> <i>VICTÓRIA SANTOS</i></p> <p>In 2017, Brazil was expected to participate in the UN stabilization mission in the Central African Republic (MINUSCA). In 2018, however, the Brazilian Army announced that it would no longer send troops abroad, for the resources required for the UN mission would be mobilized towards the Federal Intervention in Rio de Janeiro. This paper analyzes the conditions allowing for the Brazilian Armed Forces to be constructed as an efficient and legitimate “solution” both for international “stabilization” missions and domestic contexts of “criminality”. We argue that two main processes account for that construction: a delinquent rendering of violence which came to characterize global war making; the privileged position that counterinsurgency came to enjoy in military practices. Based on these two processes, we challenge narratives which ground the “popularity” of the Brazilian Armed Forces on their ability to combine a twofold mandate of fighting the “enemy” and of assisting on the governance of the social, as expressed in the Army official slogan “Strong</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Arm, Friendly Hand”. Instead, we argue that such a position is connected to a historical understanding of the ‘problem’ of violence which is compatible with a logic of counterinsurgency, thereby enabling an increasing convergence between “stabilization” and “public security”.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): stabilization missions; United Nations; public security; Brazil; Armed Forces</p> <hr/> <p>COMBATE AO TRÁFICO: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE "GUERRA" APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO THAIANE MENDONÇA (UFRJ) DANIELE DIONÍSIO</p> <p>Resumo (150 a 200 palavras): O artigo tem o objetivo de problematizar o uso recorrente do termo “guerra” em referência às atividades de combate ao narcotráfico na cidade do Rio de Janeiro tendo, como base uma abordagem teórica-conceitual e uma abordagem numérica-discursiva. A perspectiva aqui adotada é de que nem a definição de guerra clausewitziana clássica nem as definições mais recentes de “novas” ou “novíssimas” guerras são adequadas para tratar do que ocorre no Rio de Janeiro. Por outro lado, as estatísticas apresentadas somam-se a uma construção discursiva tendenciosa para descrever um cenário de guerra. A hipótese do trabalho é de que o combate ao narcotráfico no Rio de Janeiro corresponde à militarização das questões de Segurança Pública que acionam uma gramática sociológica específica que envolve a compreensão de ordem pública, a dessocialização do criminoso comum, a criminalização de categorias sociais da cidade e o uso histórico sistemático de medidas de segurança excepcionais. Nesse sentido, o uso do termo “guerra” por atores relevantes e a associação entre combate ao narcotráfico com ações ofensivas nas favelas e periferias da cidade funcionam como forma de legitimar e justificar políticas de segurança excepcionais e de controle social que não são suficientes para o efetivo combate ao crime organizado.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Segurança Pública; guerra; narcotráfico; exceção</p> |
| <p>PAINEL 7.4: GÊNERO E PAZ – I Coordenador/debatedor: Camila Braga (USP)</p> | <p>CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NA GUERRILHA: UM ESTUDO DAS FARC-EP ANANDA VILELA DA SILVA OLIVEIRA (PUC-Rio)</p> <p>O presente artigo concentra-se na necessidade de inserção de termos relacionados a gênero e feminismo nas Relações Internacionais. Dessa forma, objetiva-se com esse trabalho a explanação da inclusão da mulher como combatente das FARC e seu papel na organização, na busca da superação de estereótipos de gênero que representam as mulheres como pacíficas e atreladas a valores menos desejáveis, como emoção, cuidado e pacifismo, e os homens como guerreiros e com valores sociais mais desejáveis, como objetividade, razão e agressão. Para isso, alicerçada em pesquisa bibliográfica, com revisão artigos sobre o tema e de documentos e testemunhos de ex-guerrilheiras do grupo obtidas em entrevistas encontradas em livros e documentos que recorrem histórias de vida das combatentes e também no site de guerrilheiras das FARC, trabalha-se com a hipótese de que as FARC não modificam ou suavizam as relações assimétricas de gênero e poder. Para tanto, este trabalho divide-se em 4 seções, na primeira expõe-se os referenciais teóricos, na segunda destaca-se a história das FARC como movimento revolucionário, na terceira analisa-se os testemunhos de mulheres, e por fim, conclui-se com a confirmação da hipótese por meio da análise anterior.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): FARC; gênero; guerrilha; segurança; relações de poder.</p> <hr/> <p>O IMPACTO DA GUERRA NA VIDA DAS MULHERES E A IMPORTÂNCIA FEMININA NAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ: O CASO COLOMBIANO FLAVIA ALINE DE OLIVEIRA (UFSC)</p> <p>Desde o século passado a Colômbia vive um processo de conflito civil que deixou milhares de deslocados internos, e submeteu, principalmente, mulheres a todos os tipos de abusos. Mulheres se tornaram sobreviventes de abusos e torturas sexuais, roubo de terras e empobrecimento generalizado. Violentadas pela guerra, em amplas formas, as mulheres colombianas se organizaram em movimentos e reivindicaram espaço no processo de paz que iniciou em 2012, e obteve uma negativa em 2016. Apesar da negativa, a participação feminina nos debates sobre a paz foi crucial para a discussão sobre justiça, e direitos, especialmente, o direito a terra.</p> <p>Apesar da invisibilidade que paira sobre as mulheres vítimas de guerra, o que se pôde observar no caso colombiano foram mulheres denunciando a realidade em que vivem, recuperando memórias, que embora dolorosas, marcam o debate por justiça que foi empreendido. Mulheres, durante as negociações, assumiram os papéis de negociadoras, conselheiras e especialistas. É essencial recuperar o impacto que a guerra tem sobre as mulheres para pensar a importância de ouvirmos o que elas têm a dizer num processo de paz que não tem como ser construído sem levar em consideração a experiência feminina na guerra.</p> <p>Palavras-chave: Mulheres, Conflito, Colômbia, Negociações de Paz.</p> <hr/> <p>A EFETIVIDADE DA ONU MULHERES NA PROMOÇÃO DO EMPODERAMENTO DA MULHER E NA IGUALDADE DE GÊNERO JANIFFER TAMMY GUSSO ZARPELON (UNICURITIBA)</p> <p>O presente artigo tem como objetivo analisar a efetividade da ONU Mulheres com relação ao combate a desigualdade de gênero. Serão verificados os principais programas e ações do órgão num caráter universal como as do escritório da ONU Mulheres no Brasil. Partimos da premissa que efetividade é quando as instituições internacionais produzem efeitos aos comportamentos dos Estados e demais atores internacionais. A pesquisa terá como base as contribuições teóricas sobre a relevância das instituições internacionais para o ordenamento do ambiente internacional desenvolvidas por Robert Keohane, bem como a abordagem construtivista feminista. Apesar da primeira onda do movimento feminista surgir por volta do século XIX, em que alguns direitos foram conquistados pelas mulheres, a desigualdade de gênero</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>ainda permanece a ser fator preocupante em várias partes do mundo. Assim, destacamos a relevância da ONU Mulheres na busca em promover a cooperação internacional entre os Estados, mas também de envolver a participação de atores não estatais, como as ONGs, a fim de atingir o empoderamento das mulheres e a redução da desigualdade de gênero. No entanto, ressaltamos que a mesma enfrenta diversos desafios como a diversidade cultural, escassez de recursos financeiros, capacidades dos Estados, entre outros. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Gênero, Efetividade, ONU Mulheres, Instituições Internacionais</p> |
| | <p>GÊNERO NOS ESTUDOS DE SEGURANÇA: O MOVIMENTO WOMEN WAGE PEACE E O ATIVISMO DAS MULHERES ISRAELENSES E PALESTINAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ <i>JÚLIA LOOSE (UFSC)</i> O movimento Women Wage Peace (WWP) foi criado por mulheres em 2014, após a ofensiva israelense na Faixa de Gaza e tem como objetivo a promoção da paz entre os dois países. Este artigo analisa a necessidade da inclusão da lente de gênero nos estudos de Segurança Internacional. Dentro deste eixo de pesquisa encontram-se os estudos sobre guerra e paz com a interpretação de gênero. Neste contexto, o artigo busca responder: qual a relação do gênero com uma iniciativa de busca pela paz proveniente de mulheres para o conflito entre Israel e Palestina traduzida no movimento WWP? A hipótese considera que a iniciativa do movimento WWP, proveniente de mulheres, retrata a relação do feminino com atitudes de resistência que objetivam a paz. Neste sentido busca-se avaliar em que medida a relação da mulher com a paz é essencialista nos padrões de gênero. Na primeira seção será analisado o enfoque de gênero para os estudos de segurança; na segunda será abordada a inclusão do gênero nos principais processos que envolvem este eixo, guerra e paz, e na última seção será analisado o movimento WWP e sua estratégia transnacional de mobilização e ação no processo de construção da paz entre Israel e Palestina. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Gênero, Construção da Paz, Israel, Palestina.</p> |

Dia 08 de Novembro de 2018

10:00 às 12:00

| PAINÉIS | RESUMOS |
|---|---|
| <p>PAINEL 8.1: DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA HUMANA Coordenador/debatedor: Emerson Maione de Souza (IRID-UFRJ)</p> | <p>MAINSTREAMING CHILD PROTECTION IN PEACEKEEPING OPERATIONS: A CRITICAL ANALYSIS OF THE BRAZILIAN EXPERIENCE IN THE MINUSTAH <i>JANA TABAK (PUC-Rio)</i> <i>PATRÍCIA NABUCO MARTUSCELLI</i> Since the adoption of the Convention on the Rights of the Child in 1989, children have come to play a growing role in the agenda of international politics. By aiming to break cycles of violence, the UN Security Council has specifically addressed the issue of children and armed conflict since 1999. The mandates of peacekeeping operations, in turn, have carried out work related to child protection since 2001, being the United Nations Mission in Sierra Leone the first one to include a Child Protection advisor. To explore both how the idea of child protection has been developed throughout the last years and how it has been implemented in the context of peacekeeping missions, this paper focuses on the Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH) case. More precisely, it intends to discuss how Brazil, as the Head of mission, engages with child protection practices in the field. Based on a documental analysis of MINUSTAH's mandate, resolutions, and reports, the paper, first, addresses the limits and possibilities for child protection practices to be implemented in the mission context. Then, it examines how the Brazilian Head of Mission and peacekeepers have engaged with these practices on the ground. Palavras-chave (Separadas por vírgula): child protection, MINUSTAH, Brazil, UN peacekeeping operations, children, Haiti</p> <p>HUMANITARISMO MILITAR: OS DIREITOS HUMANOS COMO GATILHO INTERVENCIONISTA <i>LETÍCIA RIZZOTTI LIMA (PPGRI San Tiago Dantas)</i> <i>ALEXANDRE FUCILLE</i> O humanitarismo protagonizado pela ONU sofreu significativa mudança ao final da Guerra Fria reiterando a narrativa dos direitos humanos como mote imperativo. Este movimento de primazia pelas condições protetivas humanitárias, amparado no rol de liberdades e direitos já presentes na institucionalidade onusiana, repercutiu na seara securitária pela explosão de conflitos internos primordialmente na periferia global. Mesmo com o esforço de ajustar a atuação multilateral aos desafios do campo, não houve grande elucidação conceitual sobre os critérios concretos para mensurar qualitativamente estes processos, resultando em uma controversa figura normativa: há clara expressão do pretense arcabouço principiológico da atuação intervencionista, embasado em concepções cosmopolitas de prevalência da proteção individual; e em contrapartida são nebulosos os dividendos desta moldura, ancorada na expectativa de que termos disseminados (como democracia e rule of law) se bastam em concepções universais para sua realização fática. Consequentemente, estes processos geram perspectivas limitadas ao controle da violência aberta via forças militarizadas. O propósito deste trabalho é refletir acerca da normatização internacional sobre a condição política interna aos Estados, por meio da retórica securitária, ponderando sobre a característica militar dos esforços internacionais para promoção dos direitos humanos, frente à narrativa de incorporação dos objetivos de segurança humana na proteção humanitária.</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Humanitarismo; Direitos Humanos; Peacebuilding; Segurança Humana</p> <p>A INFÂNCIA NO CONTEXTO DAS "NOVAS GUERRAS": AS CRIANÇAS-SOLDADOS NO CONFLITO ARMADO DO SUDÃO DO SUL (2013-2017) NAIANA ZUANAZZI (UNIVALI) PAULO ROGÉRIO MELO DE OLIVEIRA ANA CLÁUDIA DELFINI C. DE OLIVEIRA</p> <p>O protagonismo e a experiência infantil, no âmbito das Relações Internacionais, devem ser compreendidos com base na sua particularidade. No contexto das "novas guerras", que emergiram na década de 1990, essa situação é ainda mais peculiar tendo em conta a gravidade das violências diárias que são cometidas contra crianças. Partindo desse pressuposto, o presente painel se propôs a estudar as crianças-soldados do Sudão do Sul com o objetivo de compreender quais foram as formas de recrutamento e os papéis desempenhados por elas no conflito armado de pós-independência do Sudão do Sul, entre 2013 e 2017. O método empregado foi qualitativo e as técnicas de pesquisa foram a bibliográfica e documental. Em termos teóricos, a infância e as experiências das crianças, enquanto atoras sociais, foram abordadas com base nas perspectivas de matriz reflexivistas das Relações Internacionais e as contribuições teóricas da Sociologia da Infância. A pesquisa sobre o recrutamento e os papéis das crianças-soldados sul sudanesas revelou, simultaneamente, as violações contra elas e o protagonismo que desempenharam durante o conflito armado. Como combatentes, elas assumiram diversos papéis, todos, de fundamental importância para as distintas forças em combate. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Infâncias, crianças, "novas guerras", Sudão do Sul, crianças-soldados</p> <p>O ESTADO DE EXCEÇÃO EM TEMPOS DE PAZ: A PROTEÇÃO E O MONITORAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL A PARTIR DO DECRETO N. 9.288/2018 NICOLE MARIE TREVISAN (PUC-PR) LUÍS ALEXANDRE CARTA WINTER</p> <p>A recente Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro apresenta uma ameaça aos direitos fundamentais. O Executivo, na aplicação de medidas excepcionais (Decreto n.9.288/18), procura resgatar a ordem pública e a paz social, com a finalidade de neutralizar o perigo, podendo, inclusive, deixar de observar os direitos humanos daqueles que estão inseridos no contexto. O objetivo dessa pesquisa foi apresentar o histórico da proteção dos direitos humanos na ordem mundial, regional e nacional, apresentar a intervenção estatal como um Estado de Exceção, a partir do conceito de Giorgio Agamben, no estado do Rio de Janeiro e a evidente violação dos direitos humanos na falência do Estado Democrático de Direito. A metodologia utilizada foi a da revisão bibliográfica, documental através da análise de conteúdo. Ao elucidar as medidas de proteção dos direitos humanos, desde as primeiras regulamentações do direito internacional humanitário, a criação das Nações Unidas, ao surgimento do Conselho Nacional de Direitos Humanos e observatórios nacionais, propõe-se a necessidade de resgate à efetividade da democracia, a proteção dos direitos humanos e a desnecessária Intervenção que acaba por legitimar a violência, a arbitrariedade e a suspensão dos direitos, em nome da segurança e a serviço da concentração de poder. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Intervenção Federal, Estado de Exceção, Direitos Humanos.</p> |
| <p>PAINEL 8.2: SEGURANÇA COMUM E PAZ Coordenador/debatedor: Marcos Alan S. V. Ferreira (UFPB)</p> | <p>POR UM NOVO PADRÃO DE INSERÇÃO INTERNACIONAL: A IMPORTÂNCIA REDUZIDA DA DEFESA PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA JULIANO DA SILVA CORTINHAS (UNB)</p> <p>Para as teorias tradicionais de Relações Internacionais, a anarquia do sistema internacional e o aumento das ameaças percebidas estão entre as principais razões para que um Estado mantenha gastos elevados com defesa. Essas abordagens, porém, vêm sendo criticadas por diversas abordagens pós-modernistas e pós-coloniais que afirmam que somente um número limitado de países têm a segurança como principal preocupação. No caso brasileiro, a noção de que outras prioridades são mais relevantes que investimentos em defesa externa se torna evidente, já que a segurança externa do país não é garantida pelas Forças Armadas, estando mais associada às características geopolíticas do Brasil e à qualidade de sua diplomacia. O artigo discutirá os limites da contribuição do aparato militar para a dissuasão brasileira e as inconsistências do processo de construção dessa estrutura. Em termos gerais, o artigo trabalhará com a hipótese de que há razões teórico-conceituais e empíricas que permitiriam a redução do orçamento de defesa nacional, que poderia ser alocado para políticas públicas mais urgentes. A redução ocorreria pela diminuição do contingente militar, pois os gastos com pessoal utilizam mais de 80% do orçamento, e pelo aprimoramento da gestão orçamentária, que deveria concentrar a atenção na obtenção de novos equipamentos. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Anarquia; Pós-colonialismo; orçamento de defesa; redução de gastos militares</p> <p>A PAZ PELA COMUNIDADE DE SEGURANÇA: PAZ POSITIVA OU PAZ NEGATIVA? THIAGO BABO (USP)</p> <p>Quando criado, no início da década de 1950, o conceito de 'comunidade de segurança' fora responsável por demonstrar a capacidade de comunidades políticas em eliminar a prática social da guerra criando, assim, um ambiente de paz estável. Baseado em uma série de estudos sócio-históricos sobre casos concretos de estabelecimento de uma paz entre partes outrora envolvidas em conflito e violência, os estudos sobre 'comunidades de segurança' passaram por uma reformulação no final do século XX, ampliando e transformando os debates iniciais sobre o conceito. Contudo, ao longo de sua história conceitual, a ideia de paz não fora devidamente entendida e estudada dentro dos debates sobre 'comunidade de segurança', restou conceber que tipo de paz tal processo seria capaz de criar. Desta forma, buscando preencher tal lacuna, este paper busca compreender em que medida a construção de uma 'comunidade de segurança'</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>estabelece uma paz estável entre as suas partes constituintes, ao mesmo tempo em que procura captar as características deste processo de paz duradoura para qualifica-lo enquanto paz positiva ou paz negativa. Palavras-chave: Comunidades de Segurança; Paz; Conflito; Violência</p> <p>COMUNITARISMO E ESTUDOS PARA PAZ: LIMITES PARA A PAZ LIBERAL <i>LARA GÓES (ESG)</i> A paz pode ser compreendida como um pacto para o aperfeiçoamento das instituições e através delas a positivação de direitos. No mundo atual, as guerras e os conflitos internacionais possuem a marca das identidades culturais a que elas se referem, trazendo à tona injustiças sociais e humanitárias históricas. Neste sentido, cabe repensarmos os estudos de paz via a perspectiva comunitarista. Tal perspectiva aponta para o reconhecimento social pelo apelo à diversidade humana, sendo os valores construídos de acordo com cada sociedade ou grupo social e não a priori com pressupostos liberais. Numa sociedade em que direitos existem para um grupo e não para outro, a identidade do grupo não reconhecido se dá através da negação de direitos. Além da discriminação, a não realização de direitos de forma igual para todos enseja a baixo-estima e desumanidade obscurecendo a interação social que impedem o reconhecimento. Neste contexto, o que se espera enquanto reconhecimento minoritário é a possibilidade de autoafirmação enquanto grupo através da participação real dos membros da minoria no grupo majoritário de formas equitativas. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Paz; Diversidade; Direitos</p> <p>A INDIVISIBILIDADE DA SEGURANÇA NA AGENDA 2030 E DOS ODS <i>THIAGO GEHRE GALVÃO (UNB)</i> Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) impactaram nas concepções sobre paz e segurança internacional ao olharmos três dimensões: financiamento, indicadores e conhecimento. Financiamento é chave para se alcançar os 16 objetivos temáticos e viabilizar as parcerias entre diferentes agentes, refletindo o nexo entre segurança e (sub)desenvolvimento. Indicadores marcam a capacidade dos stakeholders de medir avanços e retrocessos na implementação da agenda, baseando-se em conceitos como fragilidade, vulnerabilidade, violência estrutural, resiliência e inclusão. Produzir conhecimento traz sentido às universidades em seu papel social de aportar reflexões críticas e redefinições conceituais. O argumento central é que as noções de paz e segurança são estruturantes dos ODS e da Agenda 2030, escapando ao reducionismo do ODS 16 (promoção de sociedades pacíficas e inclusivas). O objetivo desta comunicação é trazer um entendimento mais amplo sobre o lugar das questões de paz e segurança a) no desenho institucional, b) na linguagem e c) na lógica de funcionamento dos 17 ODS, analisando os debates em torno de financiamento, indicadores e conhecimento como produtores de discursos ambivalentes, ao mesmo tempo emancipadores/restritivos ou empoderadores/controladores. O desenho metodológico será baseado no cruzamento entre perspectivas decoloniais, estudos críticos de segurança e novos estudos para a paz.</p> |
| <p>PAINEL 8.3: ABORDAGENS ESTÉTICAS À PAZ Coordenador/debatedor: Vanessa Braga Matijascic (USP)</p> | <p>O DIALOGISMO CONSTITUTIVO DA ESTÉTICA DO TEATRO DO OPRIMIDO, DE AUGUSTO BOAL, E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA NOVAS EPISTEMOLOGIAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS <i>ELIZABETE SANCHES ROCHA (UNESP)</i> O Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal, nos anos de 1970, tem como premissa uma atitude dialógica perante os desafios enfrentados nas tentativas de transformação de conflitos. É clara a filiação à Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e evidente a formação ideológica marxista que constituem o tronco a partir do qual se ramificam diversas expressões do TO. Queremos salientar, dentre tantas possibilidades de reflexão e de empiria presentes nessa dramaturgia, a expressiva contribuição que as incursões teóricas e práticas do TO trazem para a área de Relações Internacionais, especialmente no que tange à efetivação de transformação de conflitos em termos menos hobbesianos e cartesianos. Assim, queremos explorar os inúmeros caminhos percorridos pelo TO, internacionalmente, tanto a partir de alguns exemplos de sua presença em diversos países, quanto pela priorização do debate epistemológico que ele suscita. Se uma de suas bases é a busca por soluções pacíficas diante de uma situação de opressão sofrida por determinada coletividade, é imperioso perceber que se trata de um movimento capaz de romper com o engessamento existente nas pressuposições teóricas main stream das Relações Internacionais. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Teatro do Oprimido; Relações Internacionais; Epistemologias de Paz</p> <p>UMA LINGUAGEM VISUAL PARA A PAZ NO CINEMA GEOPOÉTICO DE WIM WENDERS <i>GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (UFRJ)</i> Este artigo trilha o caminho aberto pela virada estética no estudo da política internacional, a fim de introduzir o conceito de geopoética no campo dos Estudos para a Paz. Entendendo a geopoética como a experiência política e social do espaço geográfico e a sua articulação através das mais variadas formas de expressão artística, o artigo investiga, na obra do cineasta alemão Wim Wenders, como seus filmes procuram inventar uma linguagem visual para a paz em um mundo saturado de imagens que banalizam a guerra, a injustiça e o sofrimento. Percorrendo as mais diversas cartografias da violência ao redor do mundo – desde as fronteiras da Alemanha dividida pela Guerra Fria, passando pelos limites entre Europa, Ásia e Oceania, indo de Portugal aos Estados Unidos, contrapondo as profundezas dos mares da Noruega com as comunidades turbulentas da Somália – as personagens dos filmes de Wenders perambulam num mundo onde quanto mais se olha, menos se vê. Desse modo, a questão fundamental que emerge na extensa filmografia de Wenders é como reinventar a linguagem visual de um modo que faça as pessoas “voltarem a enxergar”, através de lentes mais éticas e humanizadas, toda a violência que se encontra oculta por trás do véu da invisibilidade. Devolver às percepções do dia-a-dia a capacidade de “ver” a paz no seu sentido mais profundo e abrangente é o núcleo da abordagem geopoética aqui proposta. Pretende-se, assim, oferecer uma crítica estética às abordagens geopolíticas e geoestratégicas dominantes, que continuam a naturalizar a guerra e a violência como instrumentos necessários da política internacional.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Cinema, Geopoética, Paz, Wim Wenders</p> <p>A REINVENÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTEXTOS DE GUERRAS: O PROTAGONISMO DAS CRIANÇAS CURDAS NO FILME TARTARUGAS PODEM VOAR, DE BAHMAN GHOBADI (2004) PAULO ROGÉRIO MELO DE OLIVEIRA (UNIVALI) O filme Tartarugas podem voar, do diretor curdo iraniano Bahman Ghobadi, lançado em 2004, nos coloca um sério e urgente desafio: pensar o lugar da infância nas Relações Internacionais e o protagonismo das crianças em conflitos armados. Numa aldeia remota, localizado no Curdistão iraquiano, na fronteira com a Turquia, um grupo de curdos sobrevive improvisadamente, às vésperas da segunda invasão dos Estados Unidos ao Iraque (2002). A região é marcada por conflitos étnicos regionais e por guerras provocadas pela intervenção de potências ocidentais. Neste ambiente precário, cravejado de minas terrestres, heranças de guerras anteriores, um grupo de crianças migrantes, órfãs, mutiladas e vítimas das perseguições do regime de Sadam Hussein, reinventa a vida e sobrevive desenterrando minas para vender para atravessadores locais. Partimos do entendimento de que as crianças são atores que, no contexto reconstruído pelo filme, assumem o protagonismo e decidem sobre suas vidas. Interpretar a guerra do ponto de vista da infância nos permite um olhar que vai além das representações adultocêntricas, geralmente limitadas à perspectiva dos Estados, e abre o horizonte para as experiências de sujeitos que, embora atingidos e, de diferentes maneiras, envolvidos com as guerras, não eram considerados pelas abordagens tradicionais. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Infância; curdos; conflito internacional; Tartarugas podem voar; cinema.</p> |
| <p>PAINEL 8.4: MIGRAÇÕES, REFUGIADOS E PAZ Coordenador/debatedor: Diogo Monteiro Dario (IRID/UFRJ)</p> | <p>O PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS DESLOCADAS EM SOCIEDADES DE CONFLITO JARDEL SESTREM (UNIVALI) ANA CLAUDIA D C DE OLIVEIRA A infância enquanto categoria socialmente construída é atravessada por diversos marcadores sociais como gênero, classe social, geração e raça localizados em grupos e contextos sociais específicos. Para a Sociologia da Infância, a infância é uma categoria social à medida em que se dá dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico demarcado por fatores como a socialização, gênero, classe, etnia/raça e geração. Os objetivos da pesquisa aqui apresentada foram analisar a participação social de crianças deslocadas pelo conflito armado colombiano e compreender o ponto de vista das próprias crianças. A metodologia embasa-se na pesquisa bibliográfica da Sociologia da Infância, Relações Internacionais com ênfase nos estudos sobre gênero e infância, e no mapeamento dos relatórios e documentos locais sobre a situação do deslocamento na Colômbia. A pesquisa realizou-se na Ong Fundación Creciendo Unidos, na capital da Colômbia, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas sobre temas ligados ao cotidiano do conflito e teve, como resultado principal, a obtenção dos pontos de vista das 6crianças sobre a situação do conflito armado em três eixos de análise: os papéis d7e gênero, cidadania e conflito armado. Pa8lavras-chave (Separadas por vírgula): participação – Infância/crianças – conflitos arm9ados</p> <p>MEIO AMBIENTE E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: A NÃO-POLÍTICA PARA OS REFUGIADOS AMBIENTAIS CINEME DANTAS (EGN) THAUAN SANTOS ANA PAULA RODRIGUEZ O meio ambiente tem sofrido diversas alterações provocadas por ações naturais e pelas interferências de ações do ser humano na natureza, o que pode - provocar migrações em massa. No que se refere à água, o Brasil possui o recurso compartilhado com diversos países na América do Sul, logo, em um possível cenário de escassez, poder-se-ia gerar um fluxo de refugiados na região, que se configura como hipótese desta pesquisa. Como se definiriam os possíveis migrantes impactados pelas mudanças climáticas em um possível cenário de escassez de água na América do Sul? Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar a discussão sobre o migrante climático ou refugiado ambiental e como ele é adequado no direito internacional e na literatura internacional. A metodologia a ser empregada será a indutiva, sendo o procedimento utilizado a análise monográfica e a cenarização. O referencial teórico será a contribuição do Direito Internacional e da literatura das Relações Internacionais sobre o tema dos migrantes ou refugiados climáticos. A justificativa se deve à escassa literatura e matéria legal acerca da discussão sobre migrante climático ou refugiado ambiental, tendo a intenção de auxiliar o direito internacional nas questões de migrantes ou refugiados. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Meio Ambiente, Migrações Internacionais, Migrante Climático, Refugiados, Refugiados Ambientais</p> <p>REFUGIADOS E A POLÍTICA NOS CAMPOS: UM DEBATE PARA ALÉM DA EXCEÇÃO FLAVIA RODRIGUES DE CASTRO (PUC-Rio) O tratamento securitário que os Estados europeus têm dispensado a determinados fluxos migratórios ajuda a legitimar a reprodução dos chamados “espaços de exceção”, definidos como locais em que a ordem jurídica é suspensa e o poder soberano incide sobre a “vida nua” de pessoas e grupos particulares. O objetivo deste artigo é investigar os campos ou centros de detenção para refugiados como “espaços de exceção”, a partir da crítica à perspectiva teórica oferecida por Giorgio Agamben. Trata-se, aqui, de analisar dois aspectos de um mesmo processo: por um lado, o movimento estatal de tentativa de redução do refugiado à vida nua e biológica, na qual a violência sobre os corpos é manifesta, como instrumento de regulação e de poder; por outro lado, a agência desse mesmo refugiado, por vezes através de seu próprio corpo, e a emergência da política em tais espaços de detenção. A pergunta que serve de guia a esta análise é: como se dá a relação entre violência e resistência nos campos? A violência estatal encontra, nos campos ou centros, movimentos de resistência, de emancipação e apoderação – não são apenas os corpos vítimas da violência estatal (a vida matável do homo sacer), mas a revelação do poder de agência desses sujeitos, a saída do lugar de vítima em</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>que é colocado para o espaço de resistência política em que procura romper com a ideia de “vida nua”. Busca-se, com isso, ampliar a perspectiva teórica inicialmente oferecida por Giorgio Agamben de forma a compreender não só a agência estatal e o seu ciclo de violência, controle e coerção, mas também a agência do indivíduo – do refugiado que se retira do lugar de vítima passiva em que é comumente posicionado para o lugar de ator que age politicamente e desafia a ordem soberana. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Refúgio; Violência; Campos; Agência</p> |
| | <p>O REFÚGIO COMO DEBATE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PERSPECTIVAS SOBRE A INSERÇÃO DO TEMA NO ÂMBITO DAS R.I. <i>RACHEL COUTINHO (UFRJ)</i></p> <p>O presente artigo visa discutir a inserção da temática do refúgio como debate das Relações Internacionais a partir da seguinte pergunta: qual é o lugar do indivíduo na arquitetura do sistema internacional? A resposta a esse questionamento implica não apenas nas “soluções” conferidas ao “problema” do refúgio, mas também ao tipo de engajamento empregado em sua discussão. Seriam os refugiados fruto de uma falência do sistema de segurança e proteção dos Estados? Ou uma mera produção do modelo westfaliano? Estariam eles sinalizando uma nova forma de organização do sistema internacional? Seria isso uma ameaça aos Estados? Por que se fala em “crise” do refúgio? Estes são alguns dos questionamentos a serem abordados no artigo e que tangenciam as discussões realizadas. A abordagem em questão será estruturada por meio de cinco grandes chaves interpretativas: segurança/proteção, emergência, mobilidade, crise e fronteira. Desta forma, será possível obter um panorama do debate e possibilitar um conhecimento basilar sobre a questão no âmbito das RI, concedendo ao leitor subsídio inicial para aprofundá-las em debates futuros. Palavras-chave (Separadas por vírgula): refúgio, sistema internacional, crise, relações internacionais</p> |

Dia 08 de Novembro de 2018

13:30 às 15:30

| PAINÉIS | RESUMOS |
|---|--|
| <p>PAINEL 8.5: PACIFISMO, NÃO-VIOLÊNCIA E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS PARA A PAZ Coordenador/debatedor: Gilberto Carvalho de Oliveira (IRID-UFRJ)</p> | <p>¡ALTO A LA GUERRA! LAS ACCIONES DEL MOVIMIENTO POR LA PAZ CON JUSTICIA Y DIGNIDAD EN MÉXICO <i>GABRIEL FERNANDES CAETANO (UEPB)</i> <i>PAULO R. KUHLMANN</i></p> <p>El presente trabajo analiza el impacto del Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad (MPJD) desde la perspectiva teórica de los Nuevos Movimientos Sociales (NMS). En las dos últimas décadas, se observa una reestructuración de los NMS, con cambios en su forma organizativa y redefinición del significado de la acción colectiva. El MPJD, como un NMS que surgió para confrontar la política de guerra al narcotráfico, presenta rasgos de esta reestructuración. Se distingue de los movimientos de militantes de las décadas de 1960 a 1980, su perspectiva va más allá de la dicotomía del conflicto de clases y de la ideología como elemento unificador y totalizador de la acción colectiva; su creación es desde abajo y no a partir de círculos políticos; se compuso de manera plural con los actores sociales involucrados dando sentidos distintos a una misma causa; su activismo es transnacional con capacidad de cuestionar las asimetrías norte-sur; y, por fin, su dimensión subjetiva se concentra en cuestiones de carácter cultural y simbólico al enfocarse en la cuestión identitaria. Palavras-chave: Movimiento por la paz, Nuevos Movimientos Sociales, acción colectiva, México</p> |
| | <p>DA VIOLÊNCIA À MOBILIZAÇÃO: AS AÇÕES DE RESPOSTA DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E FEMINISTAS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NA BÓSNIA-HERZEGOVINA E NA COLÔMBIA <i>PEDRO BARBABELA (UFMG)</i></p> <p>O presente artigo busca através de uma abordagem qualitativa comparada entre os Estados da Bósnia-Herzegovina (BiH) e da Colômbia entender quais foram as respostas das organizações de mulheres e feministas, no que diz respeito à busca por reconhecimento e justiça das vítimas de violência sexual dos conflitos que ocorreram nesses Estados e como essas ações influenciaram para o estabelecimento da paz no território. Como forma de estabelecer justiça e reparação às vítimas, é importante o estabelecimento de marcos legais no processo de transição para a paz. Porém, vale ressaltar que esses processos não podem passar apenas as dimensões de negociação do/pelo Estado, mas deve levar em consideração também demandas de uma gama de atores da sociedade civil, como por exemplo as mulheres vítimas de violência sexual, que vivenciaram o conflito e precisam ser contempladas/os por um processo de justiça e reparação. Desta forma, torna-se relevante reconhecer a violência sexual enquanto um meio, e não apenas como consequência, do conflito, o que implica na necessidade de integrar as mulheres nos processos de negociação e implementação da paz e assumir que suas ações de resposta também devem ser investigadas como mecanismos para o estabelecimento da paz. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Organizações de mulheres e feministas, conflito armado, gênero, construção da paz, violência sexual.</p> |
| | <p>DESMISTIFICANDO O PACIFISMO JAPONÊS: UM OLHAR PARA A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO JAPONESA E SEUS PRINCÍPIOS</p> |

| | |
|---|---|
| | <p><i>ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA</i> (UFRJ)</p> <p>Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão adotou uma nova Constituição em 1947, sendo conhecida como um dos grandes símbolos dos ideais pacifistas desde o seu estabelecimento devido ao Artigo 9º - onde são restringidos os poderes militares do Japão. As cicatrizes do Japão durante a guerra moldaram o pensamento do povo japonês e de como o ocidente enxerga o Japão e, por esse motivo, qualquer tentativa de revisão da Constituição tem impacto tanto do ponto de vista doméstico como regional e internacional. Nesse sentido, este artigo compreende a necessidade de discutir sobre i) a história da Constituição do Japão e ii) a constituição de suas Forças de autodefesa a partir de um debate sobre pacifismo e a teoria da Guerra Justa, tentando analisar como e se o Japão pode ser considerado um país pacifista e até que ponto sua Constituição pode ser uma insígnia do pacifismo. A hipótese que norteia este artigo é de que ao contrário da percepção da Constituição japonesa enquanto pacifista, a interpretação constitucional seguida pelo governo japonês não está próxima ao pacifismo, mas sim as teorias da Guerra Justa.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Constituição Japonesa; Pacifismo; Teoria da Guerra Justa; Artigo 9º</p> |
| <p>PAINEL 8.6: GÊNERO E PAZ – II Coordenador/debatedor: Janiffer Tammy Gusso Zarpelon (UNICURITIBA)</p> | <p>MULHERES E PERSPECTIVA DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ: UMA ANÁLISE COMPARADA DOS PROCESSOS DE PAZ DE RUANDA E DA LIBÉRIA <i>LETÍCIA MARIA ANTUNES DO CARMO</i> (PUC-Minas)</p> <p>A participação de mulheres nos processos de paz e a inclusão de uma perspectiva de gênero nos acordos de paz que resultam destes processos são fatores importantes que podem contribuir para moldar sociedades pós-conflito mais igualitárias e benéficas para as mulheres. O presente artigo busca analisar comparativamente a participação de mulheres nos processos de paz de Ruanda e da Libéria e a implementação da perspectiva de gênero nos acordos de paz que resultaram destes processos. O objetivo da investigação consiste em compreender como se deu esta participação das mulheres e como a perspectiva de gênero foi implementada nestes acordos de paz, a fim de identificar a contribuição destes dois fatores para o estabelecimento de uma paz duradoura e de uma estrutura institucional mais igualitária em termos de gênero. Para isso, serão analisadas as negociações de paz referentes aos conflitos de Ruanda e da Libéria, os textos dos acordos de Arusha e de Acra e o desenho institucional estabelecido por eles. Espera-se contribuir para a compreensão das potencialidades e limitações das contribuições resultantes da participação das mulheres nos processos de paz e da inclusão de uma perspectiva de gênero nos acordos de paz, especialmente nos casos de Ruanda e da Libéria.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Processos de paz, Gênero, Mulheres, Ruanda, Libéria.</p> <p>ABORDAJE DE LA VIOLENCIA FAMILIAR CON PERSPECTIVA DE GÉNERO <i>MARIA LAURA CIOLLI</i> (Poder Judicial de Tucumán)</p> <p>El trabajo aborda el procedimiento que se imprime desde la justicia civil y penal en la provincia de Tucumán, Argentina a las causas de violencia familiar con especial atención en la necesaria perspectiva de género que debe contar durante su actuación. Se desarrolla la importancia de trabajar con equipos interdisciplinarios especializados en género y violencia, además de contar con efectivas y eficientes Políticas Públicas cuya ejecución sea de utilidad para el seguimiento de las medidas de protección de persona y para evitar la violencia extrema (femicidio). Sin duda alguna, se necesita la articulación y coordinación con organismos gubernamentales y no gubernamentales que trabajen en el tema.</p> <p>Por otra parte, la ponencia cuenta con ideas y/o proyectos vinculados al trabajo con agresores aprehendidos, detenidos o condenados por violencia familiar en una labor interdisciplinaria e interinstitucional así como también en la importancia que revisten las capacitaciones continuas para todas las personas que trabajan con esta problemática incluido los tres poderes del estado.</p> <p>Visualizar y difundir la relevancia que tiene contar con un protocolo de actuación en violencia es fundamental.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): violencia, mujer, justicia, género, derechos</p> <p>CUANDO ELLA MATA. EL CASO DEL ALICIA INOCENTI. ABORDAJE SOCIO-ANTROPOLÓGICO-JURÍDICO DEL HOMICIDIO DE UN HOMBRE EN MANOS DE SU ESPOSA <i>MARÍA MARCELA CANELADA LOZZIA</i> (Oficina de la Mujer Corte Suprema de Justicia de Tucuman)</p> <p>Dentro del contexto de las múltiples denuncias en relación a la violencia contra las mujeres, lo que resulta menos visible, es la violencia de las mujeres contra sus parejas como respuesta a estas otras violencias vividas. A través del relato y análisis de este caso, observando al observador: a la sociedad, a la policía, a los operadores judiciales y a los mismos actores participantes del hecho. Relatamos, de manera solapada, sin revelar sus nombres los testimonios de algunos de estos actores, fundamentalmente de la acusada: su posición de reвер y comprender en retrospectiva la vivencia, y una suerte de inteligibilidad de las agresiones recibidas y, en ese momento, naturalizadas. Construimos un modelo de análisis contemplando la división de los espacios, analizando qué corresponde –o ha sido tradicionalmente asignado- al espacio público y qué al espacio privado, y cómo interactúan de manera articulada el Estado, la Familia, la Ley, imbuidos de significados e ideologías. Esperamos que este trabajo resulte un aporte para complejizar y abordar este caso logrando una revisión, sino es del fallo, al menos de la pena, obteniendo, quizás, mayor equidad y justicia.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Violencia de Género , Perpetua, Roles de Género, Mujeres que matan</p> <p>A AGENDA SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA: EM BUSCA DE UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL <i>PAULA DRUMOND</i> (PUC-Rio) <i>TAMYA REBELO, ISA MENDES</i></p> <p>Desde a aprovação unânime da Resolução 1325 (2000) pelo Conselho de Segurança das ONU, a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS) avançou expressivamente com a aprovação de sete resoluções sobre a temática entre 2008 e 2016. Ao longo dos anos, as políticas de inclusão e participação das mulheres na</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>promoção, manutenção e consolidação da paz têm sido celebradas nos meios políticos e acadêmicos. Nesse contexto, inseriu-se a necessidade de trazer a Agenda MPS à prática na América Latina, onde o desenvolvimento de Planos Nacionais de Ação (PNAs) para a implementação da agenda vem ganhando crescente espaço. Contudo, pouco se tem discutido sobre a adoção da agenda e os seus contornos em uma região supostamente “pacífica”, onde a violência contra a mulher assume proporções de uma zona de guerra. O artigo analisa a construção da agenda MPS na América Latina, tendo como foco os PNAs em vigor na região. Argumenta-se os PNAs latino-americanos tendem a emular a arquitetura conceitual da agenda MPS, desenvolvida a partir do Norte Global e com pouco espaço para adaptação e reflexão acerca dos desafios e inseguranças cotidianas enfrentados pelas latino-americanas. Como resultado, os PNAs da América Latina permanecem intimamente ligados às questões de defesa e política externa e, em sua maioria, divorciados das realidades e inseguranças locais e regionais.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): gênero; segurança; paz; mulheres</p> |
| <p>PAINEL 8.7: SEGURANÇA PÚBLICA, CRIMINALIDADE E PROMOÇÃO DA PAZ – II Coordenador/debatedor: Ingrid Buer (Universidade de Manchester)</p> | <p>DEMOCRATIC STATES AND PEACE FORMATION: THE CHALLENGES POSED BY CRIMINAL ORGANIZATIONS WITH GOVERNANCE STRUCTURES <i>MARCOS ALAN S. V. FERREIRA (UFPB)</i> <i>OLIVER RICHMOND</i> This paper aims to discuss the role of criminal organizations as violent non-state actors (VNSA) and their capacity to provide governance in competition with formal state actors and civil society. Given that in the literature the disputes in democracies are mostly examined in settings of civil war and internal conflict, this paper aims to fill a gap in Peace Studies by analysing the ways that state governance is undermined by criminal organizations, as well as the impact this has on the processes of peace formation supported by civil society. A standard argument is that civil society actors mobilise to restrain the hegemonic state as well as criminal groups. Empirically, evidence for this occurring is scant. Where state security forces fail to provide for the basic needs of its citizens in terms of physical protection, human dignity and social security—mostly in areas of high level of structural violence—scholars have pointed towards emergence of areas that are not governed by the state. In such cases, informal governance structures led by criminal organizations emerge and unbalance social peace actors and processes, as seen in parts of Brazil and Central America. The paper suggests that in cases where criminal governance prevails, cooperation between state institutions and local populations must be put in motion to find ways to establish peace processes, rebuild the social fabric and restore the state’s legitimacy. This may arise through peace formation, which must also be supported by the state and international actors, otherwise the state and civil society runs the risk of further destabilization. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Atores Não-Estatais; Peace Formation; Governança; Crime Organizado; Paz Híbrida.</p> <p>POLÍTICA DE DROGAS E CONSEQUÊNCIAS NÃO-INTENCIONAIS: UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA A PARTIR DOS ESTUDOS DE PAZ E CONFLITO <i>BRUNA QUEIROZ RIBEIRO MCMAHON (UFPB)</i> <i>MAYRA QUEIROZ RIBEIRO DE BRITO</i> Historicamente, o trato com substâncias psicoativas varia de acordo com a realidade contextual de cada sociedade. No entanto, desde início do século XX houve um movimento top-down de conformação de um Regime Internacional de Drogas Ilícitas (RIDI) impulsionado pelos Estados Unidos e disseminado principalmente através da Organização das Nações Unidas (ONU). As diretrizes advindas deste organismo se traduziram de formas distintas nos países signatários das Convenções Internacionais de controle de substâncias ilícitas, com a predominância da conduta repressiva com relação à produção, distribuição, comercialização e consumo destas substâncias. Atualmente há o reconhecimento da academia, organizações da sociedade civil e não-governamentais de que o desenho de políticas adotado a partir das premissas orientadoras do regime acarreta danos à sociedade de modo geral, dentre eles, a escalada da violência. Assim, a presente proposta tem como cerne realizar um ensaio teórico de natureza interpretativa e reflexiva fundamentado nos conceitos advindos dos Estudos de Paz e Conflitos, estabelecendo relações entre os conceitos de violência direta, estrutural e cultural e as chamadas consequências não-intencionais destas políticas. Apontamos que iniciativas da sociedade civil vêm se fortalecendo, ocasionando um giro paradigmático do regime mediante este movimento bottom-up, relacionando-o ainda ao conceito de Formação da Paz (Peace Formation). Palavras-chave (Separadas por vírgula): Política de Drogas, Estudos de Paz e Conflito, Violência, Formação da Paz</p> <p>CIUDAD JUÁREZ PARA ALÉM DA MILITARIZAÇÃO: GOVERNAMENTALIDADE E CONTROLE DO CRIME COMO PACIFICAÇÃO <i>LEANDRO FERNANDES SAMPAIO SANTOS (PPGRI San Tiago Dantas)</i> A presente proposta objetiva colocar em questão a militarização como ferramenta conceitual para compreender as diferentes dinâmicas securitárias no que tange ao controle do crime e sua relação com a (re)produção da ordem capitalista. Para tanto, a partir do estudo de caso de Ciudad Juárez (que apresentou em poucos anos uma redução significativa no número de homicídios letais deixando de ser a urbe mais violenta do mundo), buscar-se-á mostrar que o controle social liberal do crime engendrou uma governamentalidade que articula tecnologias de governo e dispositivos de poder de polícia e de guerra como processo de pacificação mirando indivíduos, grupos e populações específicos através de uma conjunção de coerção e aquiescência. Portanto, as dicotomias liberais de polícia versus militar, interno e externo, exceção e normalidade não consegue apreender como inúmeros atores privados, sociais e estatais se entrecruzam por meio de práticas de (in)segurança conectando segurança pública e internacional, lógicas globais e dinâmicas locais a partir do combate às drogas e ao crime organizado.</p> |

| | |
|---|---|
| | Palavras-chave (Separadas por vírgula): Ciudad Juárez, Militarização, Pacificação, Governamentalidade |
| PAINEL 8.8: JORNALISMO, MÍDIA, PAZ E DIREITOS HUMANOS Coordenador/debatedor: Daniele Dionísio (IRID/UFRJ) | REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO LGBT NA FOLHA DE S. PAULO: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO JORNALISMO PARA A PAZ <i>JOSÉ FELIPE VAZ DE ASSIS</i> (UNESP) O presente trabalho busca analisar textos jornalísticos do jornal Folha de S. Paulo durante o período da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo no ano de 2017. As categorias de análise estabelecidas foram baseadas no modelo comparativo entre Jornalismo voltado para a Paz e o Jornalismo voltado para a guerra presente em Lynch e McGoldrick (2007). Dessa forma, busca-se verificar se os textos jornalísticos relacionados à população LGBT produzidos no período possuem o foco do Jornalismo para a Paz ou são voltados para o Jornalismo para a Guerra. Foi realizada uma adaptação das categorias de modo a aproximá-las da realidade da população LGBT, uma vez que o Jornalismo para a Guerra permite uma melhor abordagem para conflitos em contexto de guerra. Contudo, é importante ressaltar que a vulnerabilidade da população LGBT torna-se uma situação conflituosa através da violência direta, cultural e estrutural em que essa população está inserida. Desse modo, é possível realizar uma aproximação com os Estudos para a Paz e, sobretudo, com o Jornalismo Para a Paz. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Sexualidade; LGBT; Jornalismo para a Paz; Mídia; Comunicação para a Paz |
| | PACTO GLOBAL REDE BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E COMUNICAÇÃO PARA A PAZ <i>RAQUEL CABRAL</i> (UNESP) <i>ALANA CAROLINA GOMES</i> <i>ANDRÉ APARECIDO MEDEIROS</i> <i>JORGE SALHANI</i> O objetivo deste artigo é refletir sobre a comunicação organizacional como instrumento de violência ou promoção de cultura de paz nas organizações, mediante princípios defendidos pelo Pacto Global das Nações Unidas para as organizações. Tal Pacto – publicado no ano 2000 pela Organização das Nações Unidas e firmado por várias organizações do mundo todo (setor público, privado e terceiro setor) – apresenta diretrizes para que elas atuem de forma a colaborar com a promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Para tal, partimos do pressuposto de que as organizações possam ser consideradas como media à medida que também apresentem discursos públicos como agentes retóricos ou persona corporativa (Cheney, 1992). Inicialmente, utilizamos a pesquisa bibliográfica para refletir sobre o referencial teórico da comunicação organizacional e da comunicação para a paz, a fim de estabelecer uma aproximação de princípios. Em seguida, realizamos uma análise da página web Pacto Global Rede Brasil, a fim de verificar o status sobre o engajamento atual das organizações brasileiras, as formas de adesão, a elaboração de relatórios sobre o andamento dos avanços e, principalmente, se há indicativos claros de mudanças na comunicação a serem adotadas por essas organizações para atender aos princípios propostos pelo Pacto Global. Palavras-chave: comunicação organizacional, comunicação para a paz, Peace Research, Pacto Global das Nações Unidas. |

Dia 09 de Novembro de 2018

10:00 às 12:00

| PAINÉIS | RESUMOS |
|--|--|
| PAINEL 9.1: CRÍTICA À PAZ LIBERAL Coordenador/debatedor: Aureo de Toledo Gomes (UFU) | (IN)SECURITY-BUILDING: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PARADIGMA ESTATAL COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TIMOR-LESTE <i>ANA CAROLINA MACEDO ABREU</i> (PUC-Rio) A complexificação das operações de paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria tem sido objeto de extensiva contestação e debate acadêmico nas últimas décadas. Enquanto as primeiras missões de paz eram desdobradas com mandato para observar o cumprimento de um cessar-fogo na esteira de um conflito internacional, as chamadas “novas operações de paz” podem abarcar desde a diplomacia preventiva e manutenção da paz até a imposição da paz e a consolidação da paz pós-conflito. Neste trabalho, tratarei especificamente da consolidação da paz em sua forma mais robusta, ou seja, por meio dos esforços de (re)construção do Estado, defendendo que as estratégias de (re)construção adotadas pelas Nações Unidas são pensadas a partir do modelo das democracias ocidentais. Sustentarei também que esse bias, quando se traduz na criação de instituições que estão política, ideológica e culturalmente distantes da sociedade que pretendem governar pode, de fato, comprometer a consolidação da paz e o estabelecimento da segurança em cenários pós-conflito. Apoiando meu argumento nas críticas foucaultiana e pós-colonial à chamada “paz liberal”, realizarei uma análise crítica da experiência da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor-Leste (UNTAET), que operou entre 1999 e 2000. Palavras-chave (Separadas por vírgula): operações de paz, paz liberal, peacebuilding, Timor-Leste |

| | |
|---|---|
| | <p>DELIVERING DEMOCRACY AND RULE OF LAW. THE ENDLESS UN CONUNDRUM IN HAITI <i>CHALMERS LAROSE</i> (Université de Montréal)</p> <p>This paper follows a critical peace perspective in order to critically assess the UN democratic project in Haiti, through the examination of the MINUJUSTH. Ever since the United Nations set foot in Haiti for the second time in 2004, the primary objective of the organization has been to “secure and democratize” the Caribbean nation. However, in October 2017, the United Nations moved to changing cap by terminating its ill-suited MINUSTHA mission. With Resolution 2350, the Council gave the green light to the creation of a new mission, the United Nations Mission for Justice Support in Haiti (MINUJUSTH). Tasked with a rule-of-law mandate, MINUJUSTH has been given the green light to “assist the Government of Haiti to strengthen rule of law institutions in Haiti; further support and develop the HNP; and engage in human rights monitoring, reporting, and analysis”.</p> <p>My intention is to show that, as the years pass, the UN approach in Haiti exemplifies a coherent elitist, hierarchical, and technocratic approach to peace that addresses states internal situations through a top-down and outside looking in vision. I suggest that MINUJUSTH falls into a concerted strategy and tradition of imposing democracy from outside.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Democracy, Rule of law, Justice, Haiti, United Nations</p> <hr/> <p>OPERAÇÕES DE PAZ NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO: UMA ANÁLISE TEÓRICA DO DECOLONIALISMO <i>KELLY PATRÍCIA ERNST</i> (UFSC)</p> <p>O processo de descolonização jurídico-política do século XX ocasionou o surgimento de novos Estados, os quais enfrentam dificuldades para se consolidar como unidades políticas independentes segundo o modelo estatal ocidental – que menospreza formas de organização social e política particulares das antigas colônias. Assim, o processo de (re)construção do aparato estatal ocidental tornou-se um componente basilar na atuação das operações de paz no século XXI. Por isso, a presente pesquisa tem por objetivo explicar a instrumentalização de operações de paz nos processos de construção do Estado para manutenção do status quo político internacional favorável às potências ocidentais. A hipótese é que essa instrumentalização das operações de paz deriva da reiteração das hierarquias de dominação neocoloniais da colonialidade global defendidas pelo Decolonialismo. Portanto, o arcabouço teórico pauta-se no Decolonialismo, com ênfase nas concepções de colonialidade do poder, saber e ser da colonialidade global. Será aplicado um teste teórico como metodologia de pesquisa, a fim de demonstrar como esses pressupostos teóricos do Decolonialismo instrumentalizam as operações de paz nos processos de construção do Estado. Conclui-se que as operações de paz nos processos de construção do Estado sustentam o status quo político ocidental por meio da manutenção da colonialidade do poder, saber e ser.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Operações de paz, construção do Estado, Decolonialismo</p> |
| <p>PAINEL 9.2: RAÍZES DA VIOLÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS Coordenador/debatedor: Gilberto Carvalho de Oliveira (IRID-UFRJ)</p> | <p>O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ: UMA ANÁLISE SOBRE O PAPEL DO INTERNATIONAL PRAYER FOR PEACE (1987-2017) <i>FÁBIO RODRIGO FERREIRA NOBRE</i> (UEPB) <i>KAMILA ALVES FÉLIX</i></p> <p>Comumente a literatura aponta que a religião é um elemento importante em conflitos internacionais, no sentido de colaborar para a exacerbação dos conflitos violentos - causados por motivos religiosos ou não. Entretanto, alguns estudos assinalam que a religião pode propiciar o entendimento e reconciliação entre as partes de um conflito fornecendo suporte necessário para a construção de paz, através do debate inter-religioso, por exemplo. Neste sentido, o International Prayer for Peace (IPP) é uma reunião anual de líderes religiosos organizado pela Comunidade Sant’Egídio que possui como objetivo a promoção do diálogo inter-religioso quanto a construção de paz. Assim, a presente pesquisa indaga-se qual a contribuição dessas reuniões para a construção de paz. Para atingir tal objetivo, o trabalho está dividido em três momentos, além da introdução e considerações finais. O primeiro momento compreende a discussão da aproximação entre religião e paz. A partir dessa configuração, o segundo momento apresenta a importância do debate inter-religioso nos esforços para a construção da paz e, por fim, o terceiro momento pretende analisar as reuniões dos últimos trinta anos identificando quais as religiões que estão presentes no diálogo bem como as principais temáticas abordadas no evento.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Debate inter-religioso, Construção de paz, International Prayer for Peace.</p> <hr/> <p>TRANSCENDER A TRANSCENDÊNCIA DE GALTUNG E LEDERACH: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS PARA A PAZ <i>EDITH LARISSA RODRIGUES DO RÊGO SOUZA</i> (UEPB) <i>LUAN DO NASCIMENTO SILVA</i></p> <p>Johan Galtung e John Paul Lederach são dois dos principais expoentes dos Estudos para a Paz (EPP), ambos desenvolvendo abordagens não-convencionais para o tratamento de conflitos e o entendimento do fenômeno da paz. Nesse sentido, o trabalho almeja apresentar e comparar as abordagens desses autores, em especial nas respectivas obras Conflict Transformation by Peaceful Means: The Transcend Method (2000) e The Moral Imagination: The Art and Soul of Building Peace (2005), destacando suas concepções sobre a paz, a criatividade, a imaginação e a transcendência em processos de construção de paz, com foco principal na comunidade. Logo, será utilizado o Método Comparativo (MC) a fim de verificar as similitudes e diferenças entre essas abordagens. Buscaremos, portanto, apreender os aspectos fundamentais para a transformação de realidades sociais marcadas pela (s) violência (s), a partir das concepções de Galtung e Lederach e suas diferenciadas contribuições, proximidades e distanciamentos, com o intuito de reunir as duas abordagens, indicando caminhos para os praticantes da paz.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): Método Transcend, Imaginação Moral, Transformação de conflitos, Construção da paz.</p> <p>RETORNO DO CONFLITO EM MOÇAMBIQUE: NÃO RECONCILIAÇÃO NACIONAL OU DESCOBERTA DE RECURSOS NATURAIS? <i>NATÁLIA BUENO</i> (University of Notre Dame) A celebração dos vinte anos da assinatura do Acordo Geral de Paz entre Frelimo e Renamo, em 2012, foi marcada por ataques armados e, eventualmente, pelo retorno do conflito violento. Retratado nas últimas décadas como um caso de sucesso de construção da paz e reconciliação, acadêmicos e profissionais voltaram mais uma vez a atenção ao país em busca de respostas para a retomada do conflito. Neste sentido, o entendimento de que a violência estaria diretamente ligada a descoberta de recursos naturais, tais como gás natural, petróleo e carvão, nas regiões centro e norte – áreas predominantemente caracterizadas como redutos da Renamo – tornou-se predominante. Essa lógica, no entanto, despreza as questões relativas a não reconciliação entre Frelimo e Renamo. Dito de outra forma, de acordo com essa perspectiva, entende-se que mesmo estando reconciliados, a descoberta dos recursos naturais teria provocado o retorno do conflito armado entre ambos. Contrariando esse entendimento, através da aplicação da metodologia da análise contrafactual, o presente artigo sugere que as questões relativas à não reconciliação nacional foram condições necessárias para o retorno do conflito. Em outras palavras, o presente trabalho desafia o entendimento de que a descoberta dos recursos naturais foi condição suficiente para o retorno do conflito armado moçambicano. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Conflito armado; Reconciliação; Recursos Naturais; Moçambique</p> <p>EL CONFLICTO SOCIAL PROLONGADO EN EL ORIGEN DEL GENOCIDIO EN RUANDA. <i>MISHELL GEOCONDA PAVON ABALCO</i> (UFRJ) <i>JONATHAN ROCHA SILVA</i> El genocidio de Ruanda impacto al mundo en 1990-1994. El 10% de la población ruandesa de etnia Tutsi, etnia históricamente privilegiada en términos políticos, económicos e identitarios, fue masacrada por los hutus (radicales), una etnia históricamente perjudicada, cuando consiguieron revertir la lógica de poder. De este modo el presente texto tiene por objetivo desvelar cuáles fueron los orígenes estructurales de este genocidio. Se tiene la hipótesis de que la falta de acceso a recursos materiales e inmateriales basado en una supuesta superioridad racial de los tutsi por sobre los hutus, fue la raíz originaria del conflicto. Así este paper se desarrolla en dos partes. La primera se dedica a explicar el lente teórico aquí utilizado, según el autor Edward Azar y sus cuatro dimensiones sobre origen de los conflictos sociales prolongados. La segunda parte es analítica, en donde se utiliza el instrumental teórico para una lectura más profunda de las razones originarias del genocidio. Para esta pesquisa se utiliza una metodología cualitativa, con el método de levantamiento bibliográfico. El resultado muestra que efectivamente, el genocidio tuvo fuertes raíces coloniales, que generó el acceso a recursos de forma desigual basado en una ideología superioridad racial. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Genocidio, Ruanda, Orígenes, herencia colonial, acceso a recursos.</p> |
| <p>PAINEL 9.3: CULTURA DE PAZ E EDUCAÇÃO PARA A PAZ Coordenador/debatedor: Ramon Blanco de Freitas (UNILA)</p> | <p>EDUCAÇÃO PARA A PAZ: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES CULTURAIS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL <i>ANDRÉ FELIPE COSTA SANTOS</i> (PUC-SP) <i>CLARILZA PRADO DE SOUSA</i> O presente ensaio objetivou analisar as condições culturais para o desenvolvimento de uma Educação para a Paz (NUÑOS, 2001; GALTUNG, 1978) no Brasil. Em um período no qual os fenômenos das violências, das injustiças, das desigualdades sociais e outras tantas mazelas que constituem a Cultura Belicista (JAMES, 1985) se agravam e comprometem o desenvolvimento da Paz conforme a International Peace Research Association (IPRA), J. Galtung (1969) e outros investigadores e organizações, torna-se fundamental ser desenvolvida uma Cultura de Paz por intermédio da educação. Partido do pressuposto que a Educação para a Paz visa através dos valores morais, desenvolver subjetividades constituídas por uma ética intersubjetiva (LEVINAS, 2004; MARKOVÁ, 2017); o estudo estruturou-se a partir da análise das faces culturais do ethos guerreiro (ELIAS, 1994) brasileiro, sendo destacando três pontos críticos (violência estrutural, direta e cultural) que tornam complexo o desenvolvimento de valores morais para tal educação no Brasil. Seguidamente, frente ao enquadramento conjuntural, são expostas recomendações para melhor implementação de uma Educação para a Paz no Brasil assentada no reconhecimento social (HONNET, 2003) do Outro como “sujeito de direito” e participe de uma realidade que é de responsabilidade coletiva. Palavras-chave: Educação para a Paz; Cultura; Brasil; ética intersubjetiva</p> <p>EMPATIA Y NEUTRALIDAD <i>MARIA TERESA MUÑOZ</i> (Universidad de San Pablo-Tucumán) Durante mucho tiempo, al trabajar la mediación, la conciliación y los distintos métodos de resolución de conflictos con que contamos en el Juzgado de Paz, me planteo el hecho de utilizar la EMPATÍA con las partes en el proceso...si corresponde o no hacerlo. cuando estudiamos y nos capacitamos como mediadores, en general (por lo menos aquí en Argentina) lo hacemos teniendo como base la Escuela de HARVARD, en donde uno de los principios a utilizar es la NEUTRALIDAD. En una primera percepción, este principio se opondría con la postura de "empatía" hacia las partes. A poco de interiorizarme con otras escuelas, esta situación de principios y emociones contrapuestas se fue diluyendo... Si bien la postura del mediador debe ser neutral con respecto a los intereses de una y otra parte, ello no implica que en la construcción de una solución al conflicto, una tenga que sentir empatía , no sólo con cada participante, sino con la situación a transformar. Esto me lleva a pensar, en cómo puedo sentir y demostrar empatía en tales situaciones. Y el interrogante sería si el juez o la jueza, deberían tener determinado perfil, en donde la resciliencia sea una de las características de su personalidad? O bien, habría que desarrollar técnicas que les permitan llegar a dicha</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>empatía. Estos son los interrogantes que a los que se tratará de dar respuesta en este trabajo, con el fin de apreciar que neutralidad y empatía pueden coexistir sin afectar el proceso de resolución del conflicto. Palavras-chave (Separadas por vírgula): EMPATIA RESCILIENCIA NEUTRALIDAD</p> <p>ESTRATEGIAS PRÁCTICAS PARA DESAPRENDER LA VIOLENCIA <i>RODRIGO AYARZA</i> (Consultor Independente) Cuando importa: la búsqueda de alternativas a la violencia desde la mirada de los jóvenes. “Cuando importa” es una historia protagonizada por un grupo de jóvenes que enfrenta una situación de violencia. En ella no se da una confrontación directa, piel a piel, entre unos y otros, sino a través de una superficie fría, inhumana, que los paraliza y los demuele. Es la denuncia a la intransigencia, a esconder el conflicto, a la indiferencia. En este estudio se analizan las respuestas alternativas de los jóvenes a las expresiones de violencia, que surgen a contracorriente de la mirada cerrada que los define como problemáticos, violentos o intransigentes. En este trabajo propongo distintas expresiones y experiencias que habilitan a construir entre pedagogos y estudiantes alternativas prácticas a los conflictos violentos. Palavras-chave (Separadas por vírgula): No violencia, Empatía, Intersubjetividades, Polarización, Transformación, Autonomía, Mediación, Alternativas.</p> <p>COMO OS JOGOS ONLINE PODEM SER INSTRUMENTOS DE VIOLÊNCIA CULTURAL <i>YASMINE CAMPOS BARBOSA CREPALDI</i> (UNESP) Este trabalho apresenta alguns aspectos da violência cultural no jogo online como característica predominante das relações interpessoais que se estabelecem dentro do jogo. A expansão da indústria de jogos online é notável e o setor é cada vez mais relevante para a economia mundial. Para isso, escolhi como objeto de estudo o game League of Legends, que, atualmente, é o jogo online mais acessado no mundo, com mais de 100 milhões de usuários mensais. Assim como na mídia, os jogos estabelecem processos comunicacionais de sociabilização devido a sua complexidade e às especificações de seu universo. O tipo de sociabilização que ocorre nesses jogos origina-se da mesma matriz social a qual vivemos offline, que é violenta e patriarcal, isto é, historicamente há uma série de práticas e ensinamentos repassados de geração a geração, ensinando e, conseqüentemente, naturalizando formas de comportamento. Dessa forma, a violência cultural precisa ser desconstruída primeiramente na comunicação, pois se entende a linguagem como um instrumento de dominação. Para compreender as diferentes manifestações de violência na comunicação dentro do jogo, optei pela divisão de categorias de linguagem em quatro, sendo elas: estereótipo, preconceito étnico racial, questão de gênero e sexualidade e linguagem violenta. Palavras-chave (Separadas por vírgula): Violência Cultural; Jogos Online; League of Legends; Comunicação</p> |
| <p>PAINEL 9.4: PROCESSOS DE PAZ Coordenador/debatedor: Diogo Monteiro Dario (IRID/UFRJ)</p> | <p>THE COLOMBIAN PEACE NEGOTIATIONS AND THE INVISIBILITY OF THE ‘NO’ VOTE IN THE 2016 REFERENDUM <i>MARTA REGINA FERNANDEZ Y GARCIA</i> (PUC-Rio) <i>MAÍRA SIMAN</i> <i>ISA MENDES</i> This article discusses some epistemological conditions that may have prevented ‘peacemaking monitoring specialists’ to conceive the possibility of a negative result for the October 2016 Colombian peace referendum. It does not aim to explain why the majority of voters chose to reject the peace deal, nor does it defend it was foreseeable and specialists should thus have seen it coming. Instead, the article elaborates on some of the conditions that have contributed for the invisibility of the ‘no’ vote for ‘peacemaking monitoring specialists’ dedicated to the coverage of the Colombian peace process. These conditions can be summarized as follows: a) the seduction of an “ideal type” narrative of the Colombian peace negotiations; b) the modern fixation with a liberal and progressive peace identified in the “Havana talks” and c) the neglect of power relations and multiple temporalities in the Colombian society. Palavras-chave (Separadas por vírgula): peacemaking, peace negotiations, Havana talks, Colombia, referendum</p> <p>PARA QUE SERVE UMA EMBAIXADA? A QUESTÃO DE JERUSALEM: DOIS MOMENTOS, DUAS DIPLOMACIAS <i>NORMA BREDAS DOS SANTOS</i> (UNB) A Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 1947, que aprovou o Plano de Partilha da Palestina também estabeleceu o estatuto internacional de Jerusalém. No entanto, a transferência da embaixada dos Estados Unidos de Tel-Aviv para Jerusalém em maio de 2018 não surpreendeu, já que foi prometida na campanha à eleição do presidente Donald Trump. O Brasil, apesar de seu perfil baixo com relação ao conflito israelo-palestino, à exceção do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007, 2007-2010), tem sido basicamente consistente ao longo do tempo em sua ação diplomática na ONU e fora da organização internacional com relação aos compromissos assumidos em 1947. Ainda assim, a questão da transferência da embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém chegou a ser objeto de certa controvérsia no Itamaraty, notadamente na primeira metade da década de 1960, quando o governo brasileiro foi pressionado pelo governo israelense para realizar a transferência. Este estudo objetiva refletir sobre o impacto da questão de Jerusalém no âmbito do conflito israelo-palestino nos anos 1960 na perspectiva da diplomacia brasileira e, em 2018, no âmbito da política externa norte-americana Palavras-chave (Separadas por vírgula): Jerusalem, conflito israelo-palestino, diplomacia brasileira, governo Trump</p> <p>MORRER EM EL SALVADOR: A VIDA DAS ESTATÍSTICAS DE HOMICÍDIO E A TRÉGUA ENTRE AS PANDILLAS <i>PEDRO MAIA</i> (GSUM)</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>Esse trabalho aborda um processo de trégua estabelecido entre grupos criminosos em El Salvador, comumente chamados de pandillas. A partir de um arcabouço conceitual específico e um repositório de métodos ligados à abordagem da Teoria Ator-Rede, esse trabalho seguirá algumas controvérsias desse processo da trégua associadas ao cumprimento do acordo, à estabilização do seu começo, final e à determinação de seu “sucesso” ou “fracasso”. Para tanto, seguiremos como os números mensais de homicídio, produzidos pelo Instituto Médico Legal do país, participam dessas tensões e atuam organizando versões distintas desse evento. Ao fazer isso, somos deslocados para caminhos, agências e atores que participam da vida dos números e, dessa forma, da encenação das versões da trégua. Nesse sentido, elementos que acabam sendo naturalizados, e até esquecidos, se tornam o foco da minha análise. Assim, essa dissertação busca expandir o corpo da literatura sobre a trégua, ao mesmo tempo em que visa ampliar os horizontes dos conhecimentos disciplinares atentos para a convergência entre números e situações de violência.</p> <p>Palavras-chave (Separadas por vírgula): El Salvador; Violência Urbana; Trégua</p> |
|--|---|

MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Coordenador: Gabriel Caetano Fernandes (UEPB)

| Dia 7/11/2018 Horário: 15:30-16:00 | |
|---|--|
| <i>ALEXANDRE ADDOR</i> | IDENTIDADE, VIOLÊNCIA E STATEBUILDING - O CASO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA |
| <i>ALYNE RAYANNA DE SOUSA SALVADOR DA SILVA</i> | O CASO SOMÁLIA: DESAFIO DA SEGURANÇA HUMANA E PROMOÇÃO DA PAZ |
| <i>BRENDA KAUANE DAS NEVES FERREIRA</i> | A ATUAÇÃO DA UNESCO NA PROMOÇÃO DA CULTURA PELA PAZ NO BRASIL. |
| <i>BRUNO CASARES ALMEIDA</i> | PERCEPÇÃO DA ESQUERDA PRESENTE NA UNIVERSIDADE SOBRE A QUESTÃO PALESTINO-ISRAELENSE NO BRASIL |
| <i>CAROLINA PONCE FERREIRA</i> | SECURITIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA EUROPA: CONTRADIÇÕES E INCOERÊNCIAS DAS MEDIDAS EXCEPCIONAIS NO FLUXO MIGRATÓRIO EM RELAÇÃO À GOVERNANÇA GLOBAL E EUROPEIA PARA MIGRAÇÕES. |
| <i>CLARA MANHÃES DE SOUZA BASTOS</i> | PROLIFERAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA NA AMÉRICA LATINA: O PAPEL DA EMERGÊNCIA DA PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DA GUATEMALA |
| <i>DEBORA CRISTINA DE SOUZA LEMOS</i> | RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PELOS DIREITOS HUMANOS DOS REFUGIADOS |

| | |
|--|--|
| <i>DOANE DA FONSECA PINTO</i> | VIOLÊNCIA E MIGRAÇÃO FORÇADA NO TRIÂNGULO NORTE DA AMÉRICA CENTRAL, SEGUNDO A TEORIA DE ESTUDOS PARA A PAZ |
| <i>EDUARDO LEMA MAZZAFERA</i> | NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PAZ: AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E AS MISSÕES DE PAZ |
| <i>ERICK DA LUZ SCHERF</i> | SOBRE O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA LUTA PELO RECONHECIMENTO DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS DURANTE OS PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO DA PAZ: LIÇÕES DA GUERRA CIVIL NA SERRA LEOA E DO ACORDO DE PAZ DE LOMÉ |
| <i>FRANCINI SCHROEDER KEGLER</i> | CULTURA DA CONSENSUALIDADE E A IMPLANTAÇÃO DOS MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FACE À RESOLUÇÃO 125/2010 DO CNJ |
| <i>GABRIELA DE ASSUMPTÃO NOGUEIRA</i> | O BRASIL PÓS-MINUSTAH: PERCEPÇÕES DAS NARRATIVAS DO MILITAR BRASILEIRO |
| <i>GIACOMO OTAVIO TIXILISKI</i> | DOIS PAÍSES ANTAGÔNICOS E O ÍNICIO DE UM DIÁLOGO: A ANÁLISE DO ACORDO DE REAPROXIMAÇÃO ENTRE EUA E CUBA COMO POLÍTICA DE AFIRMAÇÃO DE PODER (2008-2017) |
| <i>GIOVANNA LUCIO MONTEIRO FERREIRA</i> | ESTUPRAR PARA LIMPAR: UMA ANÁLISE DO ESTUPRO INSTITUCIONAL NO MASSACRE DE SREBRENICA. |
| <i>GUILHERME RIBEIRO FARIA RODRIGUES</i> | OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA URBANA NO DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA: O CASO BRASILEIRO |
| <i>Dia 8/11/2018 Horário: 15:30-16:00</i> | |
| <i>JARBELY DA COSTA SILVA</i> | DIREITOS HUMANOS NO PAQUISTÃO: A PROTEÇÃO DO DIREITO FEMININO À EDUCAÇÃO APÓS O ATENTADO CONTRA MALALA YOUSAFZAI |
| <i>KLEBER ALONSO PEREIRA</i> | A PAZ BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS COMANDANTES MILITARES DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH) SOBRE A “PACIFICAÇÃO” NO HAITI E NO BRASIL |
| <i>LARISSA DE OLIVEIRA VIEGAS</i> | SUDÃO DO SUL: OS DESAFIOS DE UM MODELO DEMOCRÁTICO TOP-DOWN NUMA SOCIEDADE PLURAL |
| <i>LUCAS LIRA DE MENEZES</i> | PERSEGUIÇÃO ÀS PESSOAS LGBT+ PELO ESTADO ISLÂMICO: O SURGIMENTO DO GRUPO TQILA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA. |

| | |
|--|--|
| <i>MAIKO JHONATA DE ARAÚJO GOMES</i> | A LUTA LGBT+ ANTI-PINKWASHING ISRAELENSE: UMA LUTA DUAL PELA GARANTIA DE DIREITOS IGUALITÁRIOS E PELA AUTONOMIA DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS |
| <i>MARCOS LUIZ DA CUNHA DE SOUZA</i> | ATUAÇÃO DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU |
| <i>MARCOS MARTINS CARDOSO</i> | GÊNERO E DIPLOMACIA: DA AUSÊNCIA HISTÓRICA DAS MULHERES AO HESITADO DISCURSO DE IGUALDADE DE GÊNERO DO MRE |
| <i>MARIA EDUARDA BRANDÃO CÂMARA</i> | RELIGIÃO E PAZ: O PAPEL DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA CONSOLIDAÇÃO DA PAZ SUSTENTÁVEL EM CENÁRIOS DE CONFLITOS LOCAIS E INTER-ESTATAIS |
| <i>MARIA EDUARDA PERES BEZERRA</i> | ARQUIPÉLAGO CHAGOS: VIOLAÇÃO DE DIREITOS E NEOCOLONIALISMO |
| <i>MAYARA KAROLYNE OLIVEIRA COSTA</i> | QUEM CONSTRÓI A PAZ? |
| <i>MORGANA BETTEGA GAZABIN</i> | A CRISE DOS REFUGIADOS: DEFESA DA SEGURANÇA HUMANA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS |
| <i>NINA QUEIROZ KERTZMAN</i> | PERCEPÇÃO DA DIREITA CRISTÃ SOBRE A QUESTÃO PALESTINO-ISRAELENSE NO BRASIL |
| <i>RINA MARIA DE JESUS SANTOS</i> | A DANÇA CIRCULAR COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ |
| <i>RÔMULO ERHARDT MORESKI</i> | A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E AS NAÇÕES UNIDAS NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO: A ATUAÇÃO DA UNODC |
| <i>STEPHANIE SANTANA DE CASTRO E SILVA</i> | O TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL – UMA AÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 2011 E 2013 |
| <i>THAÍS DE SOUZA SOARES</i> | O CUSTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES |
| <i>VILMA LEITE</i> | AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA PERSEGUIÇÃO SOCIORRELIGIOSA AOS ROHINGYAS EM MYANMAR A LUZ DA SEGURANÇA HUMANA. |

MINICURSOS

MC 01 - O BRASIL E OS 20 ANOS DO RECONHECIMENTO DA JURISDIÇÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CULTURA DE PAZ

Ministrantes: Prof. Flávia de Ávila (UFS) e José Lucas Santos Carvalho (MP do Estado de Sergipe)

Resumo: O minicurso será disponibilizado ao público em dois dias, em um único turno, com carga horária total de 8 horas. O objetivo do minicurso é apresentar e discutir a importância do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para a proteção dos direitos humanos no continente americano, a atuação do Estado brasileiro perante o Sistema, os casos de condenação do país perante a Corte IDH e o papel do ativismo e da litigância estratégica na promoção dos direitos humanos e da cultura de paz. Com esta abordagem, pretende-se estimular a interação, o debate e a troca de informações sobre a complexidade dos direitos humanos e seus mecanismos de efetivação e ativismo.

Data: 8/11/2018 e 9/11/2018

Horário: 8:30h - 12:30h

Carga horária: 8h

Local: UFRJ – Campus Praia Vermelha

Valor: Gratuito para inscritos no III EBEP

Número máximo de participantes: 30

Número mínimo de participantes: 5 **

*** No caso do minicurso não atingir o número mínimo de participantes estabelecido acima, a Comissão Organizadora reserva o direito de cancelar a realização do mesmo.*

MC 02 - PAZ EM MOVIMENTO: TRANSFORMANDO CONFLITOS COM CORPO, MENTE E CORAÇÃO

Facilitadora: Prof. Paula Facci - University of Innsbruck

Resumo: O que é paz? Qual a paz que eu busco por meio do meu trabalho, pesquisa e ensino? A forma como lido com conflitos no meu cotidiano e em sala de aula tem contribuído para a paz? Como tornar essa contribuição mais efetiva? Essas perguntas serão o ponto de partida para a exploração sobre paz e transformação de conflitos proposta por esse minicurso. Com base na filosofia de pazes transraciais e na transformação elicitiva de conflitos, entende-se paz como uma experiência que se pode desdobrar a cada momento, e conflitos como uma característica natural das relações humanas. Uma tensão causada por diferentes formas de ser e estar no mundo, o conflito pode ser produtivo quando há espaço para transformação com intencionalidade e presença compassiva. A partir de uma metodologia prática e interativa, o minicurso busca explorar aspectos que contribuem para a transformação de conflitos e experiências de paz, integrando conhecimentos de corpo, mente e coração em uma experimentação nos âmbitos intra e interpessoal, com enfoque no cotidiano.

Data: 8/11/2018 e 9/11/2018

Horário: 8:30h - 12:30h

Carga horária: 8h

Local: UFRJ – Campus Praia Vermelha

Valor: Gratuito para inscritos no III EBEP

Número máximo de participantes: 30

Número mínimo de participantes: 5 **

*** No caso do minicurso não atingir o número mínimo de participantes estabelecido acima, a Comissão Organizadora reserva o direito de cancelar a realização do mesmo.*

MC 03 - ARTE E CONSTRUÇÃO DE PAZ

Ministrante: Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (UEPB)

Resumo: O objetivo do minicurso é explorar o potencial da Arte em três dinâmicas: a da comunicação emocional entre as pessoas e grupos, na reconciliação entre grupos divididos por conflitos, e na emancipação e reconstrução de grupos ou pessoas em situações de vulnerabilidade social ou pós-conflito. A ideia é que a arte traga um contexto de re-conhecimento de si e do outro, como também de reconstrução das relações, de entendimentos e de transformações sociais. Este minicurso põe foco nos trabalhos de Paul Lederach e de Lisa Schirch, bem como de Cynthia Cohen, a respeito do potencial da Arte na Construção de Paz, dentre outros teóricos, como também de teóricos com visão da Arte como base para o empoderamento, como Augusto Boal (estética do oprimido e teatro do oprimido), que é amplamente trabalhado em contextos internacionais, como em Boom e Plastow. Estas abordagens aproximam-se do viés da Teoria Crítica nas Relações Internacionais, mas não se distanciam também das dimensões dos Estudos de Paz na Construção de Paz pela base (*Peacebuilding from Below*), ou da Virada Local. O minicurso constará de debates sobre textos acadêmicos que tratam dessa abordagem, bem como de exercícios artísticos e formulação de números, buscando mostrar o potencial e a dinâmica da lógica da arte como além do racional, atingindo as pessoas pelos aspectos mais profundos do emocional e da expressão de suas raízes de significado e de experiências relevantes, de dor ou de plenitude.

Data: 8/11/2018 e 9/11/2018

Horário: 8:30h - 12:30h

Carga horária: 8h

Local: UFRJ – Campus Praia Vermelha

Valor: Gratuito para inscritos no III EBEP

Número máximo de participantes: 30

Número mínimo de participantes: 5 **

*** No caso do minicurso não atingir o número mínimo de participantes estabelecido acima, a Comissão Organizadora reserva o direito de cancelar a realização do mesmo.*

COMO CHEGAR

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus Praia Vermelha



Localização

Esquina das Avenidas Venceslau Brás e Pasteur, Bairro de Botafogo

Referências

Ao lado do Instituto Phillipe Pinel. Em frente ao late Clube. Próximo aos shoppings Rio Sul e Casa & Gourmet Shopping.

Melhor Entrada para o Instituto de Relações Internacionais e Defesa - IRID: Portão ao lado do Instituto Phillipe Pinel.

Ônibus

Sentido Zona Sul-Centro – ponto de desembarque em frente ao Instituto Phillipe Pinel.

Sentido Centro-Zona Sul – ponto de desembarque em frente ao Casa & Gourmet Shopping

Metrô

Estação mais próxima – Botafogo. Pegar o ônibus de integração com a Urca e desembarcar em frente ao Instituto Phillipe Pinel

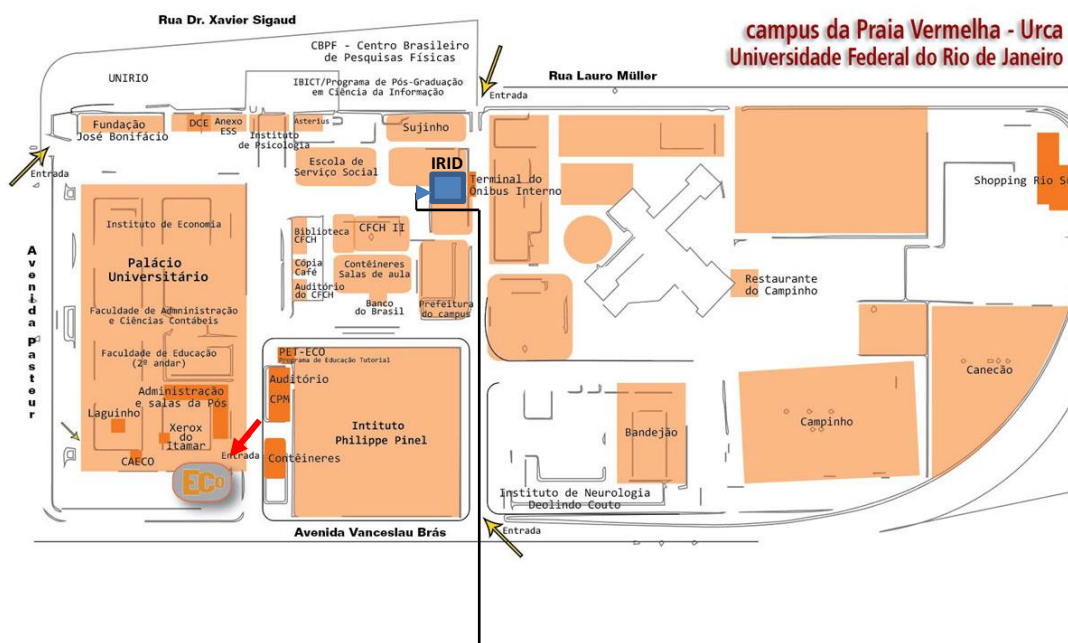
Estacionamentos para carros

Estacionamento nas ruas Xavier Sigaud e Lauro Müller

Estacionamentos nos shoppings Rio Sul e Casa & Gourmet Shopping

LOCAL DE CREDENCIAMENTO/INFORMAÇÕES

LOCAL DA ABERTURA DO EVENTO E DAS MESAS REDONDAS



Shopping Center Rio Sul

Local de Credenciamento/ Informações (funcionará nos três dias do evento):

IRID – INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DEFESA

Direções:

Entrar pelo portão ao lado do Instituto Phillippe Pinel, seguir pela rua até o terminal de ônibus interno da UFRJ. O Prédio do IRID fica ao lado do ponto de ônibus (marcado em azul no croqui)

Local da abertura do III EBEP e das mesas redondas:
SALA MONIZ DE ARAGÃO

Direções:

Entrar pela portaria da Escola de Comunicação (marcada por uma seta vermelha no croqui), seguir em frente até o fim do corredor, subir a escada até o segundo andar, seguir à esquerda até encontrar a Sala Moniz de Aragão.

OBS: Os locais das seções de Painéis e Minicursos serão informados no local de credenciamento no dia da abertura do evento.